



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em atendimento às obrigações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
		Reclas-sificado		Reclas-sificado
ATIVO				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	16.916	80.349	44.195
Concessionárias	5	24.225	20.724	35.571
Impostos e contribuições sociais	6	13.130	24.254	13.794
Dividendos a receber	8	11.737	10.403	792
Estoques		3.824	238	5.441
Cauções e depósitos vinculados	10	4.912		5.388
Despesas pagas antecipadamente		11	395	13
Outros créditos	11	3.338	5.989	3.578
		78.093	142.352	107.980
Não circulante				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	7.697	6.437	7.697
Partes relacionadas	9	834	2.680	5
Cauções e depósitos vinculados	10	2.410	3.840	7.918
		10.941	12.957	15.620
Investimentos	12	197.904	190.896	
Imobilizado	13	457.980	409.213	703.101
Intangível	14	21.885	20.713	23.009
		677.769	620.822	726.110

(Em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
		Reclas-sificado		Reclas-sificado
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Circulante				
Fornecedores	15	38.337	18.764	41.125
Impostos e contribuições sociais	6	20.530	17.855	22.061
Dividendos	8	23.169	47.048	23.169
Debêntures	16	1.713		1.713
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	17	12.908	50.594	19.301
Benefícios pós-emprego	18	132	102	133
Obrigações estimadas com pessoal	19	5.284	5.088	5.434
Encargos regulamentares e setoriais	20	2.498	3.905	3.057
Provisões	21	492	488	1.208
Outras contas a pagar	11	405	404	445
		105.468	144.248	117.646
Não circulante				
Debêntures	16	119.459		119.459
Empréstimos e financiamentos	17	30.255	42.358	88.185
Benefícios pós-emprego	18	4.981	2.272	4.981
Partes relacionadas	9	543	61.612	886
Encargos regulamentares e setoriais	20			276
Provisões	21	9.559	8.956	10.205
Outras contas a pagar	11	34	59	34
		164.831	115.257	224.026
Patrimônio líquido				
Capital social	22.1	263.436	263.436	263.436
Reservas de lucros	22.3.2	233.068	253.190	233.068
		496.504	516.626	496.504
Participações não controladores				
Total do patrimônio líquido e participações dos acionistas não controladores		496.504	516.626	508.038
		766.803	776.131	849.710

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
		Reclas-sificado		Reclas-sificado
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	115.257	113.207	125.986	128.686
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	(297)	(13)	(138)	(23)
Ativo financeiro indenizável - baixa				585
Depreciações e amortizações	10.564	7.023	17.470	16.308
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	4.541	1.690	7.723	3.200
Juros e atualizações monetárias dos contratos de mútuos	3.121			
Despesas pagas antecipadamente	465		689	240
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	11.420	8.722	16.541	16.670
Provisão para plano de benefícios pós-emprego	(405)		(405)	
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas	2.852	5.609	2.912	6.191
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP	49	(28)	130	34
Participações societárias	(54.566)	(60.025)		
Encargos regulamentares e setoriais - provisão e atualização monetária	702	574	849	901
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária	(60)		(648)	(1.332)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	(288)		(356)	(29)
	93.355	76.759	170.753	171.431

(Aumento) diminuição de ativos operacionais

Concessionárias	(3.204)	(2.673)	(4.885)	(2.487)
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(9.171)	7.124	(9.669)	6.099
Estoques	(3.586)	(229)	(4.830)	(540)
Cauções e depósitos vinculados	(3.426)	(1.274)	2.399	1.030
Despesas pagas antecipadamente	(81)	24	(100)	(242)
Outros ativos operacionais	2.651	(128)	2.933	(187)
	(16.817)	2.844	(14.152)	3.673

Aumento (diminuição) de passivos operacionais

Fornecedores	19.573	6.468	14.752	3.559
Outros tributos e contribuições sociais	15.236	(5.174)	14.957	(3.508)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
		Reclas-sificado		Reclas-sificado
Receitas				
Custo da produção e do serviço de energia elétrica				
Custo do serviço de energia elétrica				
Energia elétrica comprada para revenda	(49.968)	(16.890)	(54.557)	(21.861)
Encargos de uso da rede elétrica	(9.417)	(7.969)	(12.989)	(11.990)
	(59.385)	(24.859)	(67.546)	(33.851)
Custo de operação				
Pessoal	(14.207)	(13.610)	(14.602)	(14.126)
Materiais e serviços de terceiros	(10.599)	(8.687)	(12.794)	(13.029)
Depreciações e amortizações	(8.699)	(6.936)	(15.555)	(16.134)
Outros custos de operação	(749)	(1.455)	(839)	(1.114)
	(34.254)	(30.688)	(43.790)	(44.403)
	(93.639)	(55.547)	(111.336)	(78.254)
	(790)	(439)	(790)	(439)
	96.612	87.288	170.701	179.142
Lucro bruto				
Despesas e Receitas operacionais				
Despesas com vendas	(297)	(13)	(463)	(366)
Despesas gerais e administrativas	(14.985)	(16.422)	(18.966)	(24.185)
Depreciações e amortizações	(1.865)	(87)	(1.915)	(174)
Outras despesas e receitas operacionais	(7.401)	(10.556)	(9.596)	(12.247)
	(24.548)	(27.078)	(30.940)	(36.972)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(Em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
		Reclas-sificado		Reclas-sificado
Benefícios pós-emprego	1.058	467	1.059	467
Obrigações estimadas com pessoal	196	735	346	600
Encargos regulamentares e setoriais	(2.109)	(1.084)	(2.365)	(1.272)
Provisões	(2.295)	(367)	(2.416)	(671)
Devolução ao consumidor - PIS e COFINS COSIT 27				(147)
Outros passivos operacionais	(23)	93	18	109
	31.636	1.138	26.351	(863)
Caixa (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais				
Imposto de renda e contribuição social pagos	(6.303)	(2.993)	(9.993)	(14.962)
	101.871	77.748	172.959	159.279
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Dividendos recebidos	46.224	39.407	790	
Adições ao imobilizado e intangível	(66.125)	(46.928)	(75.640)	(68.821)
Partes relacionadas	1.846	1.857		
Caixa e equivalentes de caixa - Investimento mantido para venda		22.076		(8.388)
	(18.055)	16.412	(74.850)	(77.209)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Partes relacionadas	(64.717)	(35.176)	(59.488)	(34.115)
Cauções e depósitos vinculados	4	480	4	(270)
Aumento (redução) de capital		36.524		36.524
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(142.499)	(16.893)	(149.214)	(23.614)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	119.459		119.459	
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	(45.321)	(10.642)	(53.549)	(31.587)
Encargos de dívidas líquido de derivativos	(14.175)	(7.994)	(19.342)	(14.015)
	(147.249)	(33.701)	(162.130)	(67.077)
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	16.916	80.349	44.195	108.216
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	80.349	19.890	108.216	93.223
	(63.433)	60.459	(64.021)	14.993

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
		Reclas-sificado		Reclas-sificado
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos				
Resultado das participações societárias				
Receitas financeiras	5.988	5.624	8.930	11.963
Despesas financeiras	(17.361)	(12.652)	(22.705)	(25.447)
	(11.373)	(7.028)	(13.775)	(13.484)
Resultado financeiro				
Resultado antes dos tributos sobre o lucro				
Imposto de renda e contribuição social correntes	(11.845)	(9.839)	(15.892)	(19.114)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.1	551	780	551
	(11.294)	(9.059)	(15.341)	(17.614)
Resultado líquido antes da participação dos acionistas não controladores				
Atribuível aos acionistas controladores	103.963	104.148	103.963	104.148
Atribuível aos acionistas não controladores			6.682	6.924
Resultado por ação atribuível aos acionistas controladores				
Resultado básico por ação (Reais/Ação)				
ON	27	0,10390	0,10409	0,10390
Resultado diluído por ação (Reais/Ação)				
ON	27	0,10390	0,10409	0,10390

continuação

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais)			Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total Controladora	Não controladores	Total Consolidado
	Capital social	Reservas de lucros					
Saldos em 1º de janeiro de 2011	226.912	229.360			456.272	11.367	467.639
Aumento de capital - AGE de 10/10/2011	27.891	(27.891)			-		-
Redução de capital - AGE de 17/10/2011	(27.891)				(27.891)		(27.891)
Aumento de capital - AGE de 27/12/2011	36.524				36.524		36.524
Distribuição de Reserva de Retenção de Lucros		(23.700)			(23.700)		(23.700)
Lucro líquido do exercício				104.148	104.148	6.924	111.072
Destinação do lucro							
Constituição de reserva legal		5.207		(5.207)	-		-
Reserva de incentivo fiscal (ADA)		1.022		(1.022)	-		-
Dividendos intermediários (JSCP)				(27.468)	(27.468)	(6.722)	(34.190)
Dividendo adicional proposto		70.451		(70.451)			-
Outros resultados abrangentes							
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego			(1.907)	(1.907)			(1.907)
Imposto de renda e contribuição social diferidos			648	648			648
Transferência para Reserva de lucros		(1.259)	1.259				
Saldos em 31 de dezembro de 2011	263.436	253.190	-	- 516.626	11.569	528.195	
Dividendo adicional aprovado AGO 30/04/2012		(70.452)			(70.452)		(70.452)
Dividendo adicional aprovado - AGE de 08/11/2012		(25.000)			(25.000)		(25.000)
Lucro líquido do exercício				103.963	103.963	6.682	110.645
Destinação do lucro							
Constituição de reserva legal		5.198		(5.198)	-		-
Reserva de incentivo fiscal (ADA)		106		(106)	-		-
Dividendos intermediários (JSCP)				(27.257)	(27.257)		(27.257)
Dividendos propostos						(6.717)	(6.717)
Dividendo adicional proposto		71.402		(71.402)			-
Outros resultados abrangentes							
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego			(2.086)	(2.086)			(2.086)
Imposto de renda e contribuição social diferidos			710	710			710
Transferência para Reserva de lucros		(1.376)	1.376				
Saldos em 31 de dezembro de 2012	263.436	233.068	-	- 496.504	11.534	508.038	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional

Energest S.A. (Companhia ou Energest ou Controladora), Sociedade Anônima de capital fechado, controlada integral da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), constituída em 7 de agosto de 2000, com sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, tem como objeto social estudar, planejar, desenvolver e implantar projetos de geração de energia, em suas diversas formas e modalidades, gerir ativos de geração de energia, produzir e consolidar toda a informação de controle de gestão relevante, implementar os meios necessários à operação, manutenção e exploração dos projetos de geração de energia, em suas diversas formas e modalidades e prestar serviços de assessoria, consultoria, engenharia, gerenciamento de projetos, operação e manutenção na área de energia, a clientes no Brasil e/ou no exterior.

Em 31 de julho de 2011, a Assembleia Geral Extraordinária da Castelo Energética S.A. - CESA, deliberou a Incorporação desta Companhia pela Energest, que assumiu a responsabilidade ativa e passiva, passando a ser sua sucessora legal, para todos os efeitos. Em função disso a CESA foi extinta de pleno direito.

A controlada Evrecy Participações S.A. teve seu controle acionário transferido para a EDP Energias do Brasil, controladora do Grupo EDP, em 23 de dezembro de 2011 após anuência da SFF - Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

1.1 Concessões

A Companhia e suas controladas, Pantanal Energética Ltda. (Pantanal), Santa Fé Energia S.A. (Santa Fé) e Costa Rica Energética Ltda. (Costa Rica), possuem junto à ANEEL, as seguintes concessões de geração em operação:

Empresas	Usinas Hidrelétricas	Tipo	Estado	Capacidade assegurada		Concessão/Autorização/Registro	
				instalada (MW)	(MwM)	Início	Término
Energest	Mascarenhas	(1)	ES/MG	193,50	136,60	13/07/1995	16/07/2025
	Suíça	(1)	ES	33,90	18,91	13/07/1995	16/07/2025
	Alegre	(1)	ES	2,06	1,16	13/07/1995	16/07/2025
	Fruteiras	(1)	ES	8,74	5,56	13/07/1995	16/07/2025
	Jucu	(1)	ES	4,84	2,62	13/07/1995	16/07/2025
	Rio Bonito	(1)	ES	22,50	9,40	13/07/1995	16/07/2025
	Viçosa	(2)	ES	4,50	2,52	19/05/1999	19/05/2029
	São João	(2)	ES	25,00	14,35	19/05/1999	19/05/2029
	Pantanal	Coxim	(3)	MS	0,40	0,30	4/12/1997
São João I		(3)	MS	0,66	0,54	4/12/1997	Indefinida
São João II		(3)	MS	0,60	0,45	4/12/1997	Indefinida
Paraíso		(2)	MS	21,60	12,59	23/12/1999	23/12/2029
Assis Chateaubriand		(1)	MS	29,50	20,90	4/12/1997	4/12/2027
Costa Rica		Costa Rica	(2)	MS	16,00	11,67	5/11/2001
	Francisco Gros	(2)	ES	29,00	16,40	13/11/2001	13/11/2031

- (1) Serviço público de energia (Concessão)
- (2) Produção independente de energia (Autorizada)
- (3) Serviço público de energia (Registro)

Contratos de concessão da Controladora (UHES Mascarenhas, Suíça, Alegre, Fruteiras, Jucú e Rio Bonito)

O prazo das concessões das UHES da Controladora, poderão ser prorrogados por período de até 20 anos, nos termos do § 2º do artigo 40 da Lei nº 9.074/95, com a redação dada pelo artigo 80 da Lei nº 10.848/04, com base nos relatórios técnicos específicos preparados pela fiscalização da ANEEL, nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das Concessionárias, desde que a exploração das usinas hidrelétricas estejam nas condições estabelecidas nos respectivos contratos de concessão, na legislação do setor e atenda aos interesses dos consumidores.

Na exploração das usinas hidrelétricas, as concessionárias terão ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições constantes nos contratos de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

Os contratos de concessão das UHES da Controladora estabelecem que o preço aplicável na comercialização da energia elétrica produzida será negociado livremente pelas concessionárias com os compradores, conforme artigo 10 da Lei nº 9.648/98, e artigos 27 e 28 da Lei nº 10.438/02, com redação dada pelas Leis nº 10.604/02 e nº 10.848/04.

Os contratos de concessão das UHES da Controladora estabelecem que, extinta a concessão, operar-se-á, de pleno direito, à reversão, ao Poder Concedente, dos bens e instalações vinculados a exploração dos aproveitamentos hidrelétricos, procedendo-se os levantamentos e as avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida às concessionárias, observados os valores e as datas das respectivas incorporações ao sistema elétrico.

Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplicará, anualmente, o montante de, no mínimo, um por cento (1%) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento no setor elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

Contrato de Concessão da controlada Pantanal (UHE Assis Chateaubriand)

O contrato de concessão estabelece que a critério exclusivo do Poder Concedente, e para assegurar a continuidade e qualidade da energia produzida, o prazo da concessão poderá ser prorrogado, no máximo por igual período, mediante requerimento da concessionária.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	Controladora		Consolidado	
	2012	2011 Reclas-sificado	2012	2011 Reclas-sificado
Geração do valor adicionado	282.923	205.733	390.480	358.771
Receita operacional	217.095	158.340	315.296	282.216
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	(297)	(13)	(456)	(261)
Receita relativa à construção de ativos próprios	66.125	46.928	75.640	76.300
Outras receitas		478		516
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(146.692)	(94.052)	(170.926)	(144.053)
Custos da energia comprada	(55.061)	(18.612)	(59.650)	(23.583)
Encargos de uso da rede elétrica	(10.377)	(8.781)	(13.949)	(12.802)
Materiais	(8.241)	(7.650)	(13.097)	(19.370)
Serviços de terceiros	(72.547)	(48.595)	(83.449)	(77.125)
Outros custos operacionais	(466)	(10.414)	(781)	(11.173)
Valor adicionado bruto	136.231	111.681	219.554	214.718
Retenções				
Depreciações e amortizações	(11.644)	(7.051)	(18.550)	(16.336)
Valor adicionado líquido produzido	124.587	104.630	201.004	198.382
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	5.988	5.624	8.930	11.963
Participações dos não controladores			(6.682)	(6.924)
Resultado da equivalência patrimonial	54.566	60.025		
Valor adicionado total a distribuir	185.141	170.279	203.252	203.421
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	18.717	18.556	19.468	19.533
Benefícios	3.278	2.809	3.300	2.880
FGTS	1.618	1.246	1.642	1.271
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	38.144	28.882	48.604	46.627
Estaduais	150	278	1.604	1.699
Municipais	145	139	175	169
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	17.361	12.652	22.705	25.444
Aluguéis	1.765	1.569	1.791	1.650
Remuneração de capital próprio				
Juros sobre capital próprio	27.257	27.468	27.257	27.468
Lucros retidos	108.435	93.599	126.546	126.741
	76.706	76.680	76.706	76.680
	185.141	170.279	203.252	203.421

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Resultado líquido do exercício	103.963	104.148	110.645	111.072
Outros resultados abrangentes				
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego	(2.086)	(1.907)	(2.086)	(1.907)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	710	848	710	648
Resultado abrangente do exercício	102.587	102.889	109.269	109.813
Atribuível aos acionistas controladores	102.587	102.889	102.587	102.889
Atribuível aos acionistas não controladores			6.682	6.924

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Na exploração das usinas hidrelétricas, a concessionária terá ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições constantes nos contratos de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

O contrato estabelece, para comercialização de energia, que a concessionária aplique as tarifas homologadas pelo Poder Concedente e atenda a disciplina legal que vier a ser estabelecida para o setor elétrico após a assinatura do respectivo contrato. As tarifas são reajustadas com periodicidade de plano.

O contrato de concessão estabelece que, extinta a concessão, operar-se-á, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens e instalações vinculados, procedendo-se os levantamentos, avaliações e determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A controlada Pantanal aplicará, anualmente, o montante de, no mínimo, um por cento (1%) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento no setor elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

Autorizações da Controladora (PCHs Viçosa e São João), das Controladas Santa Fé (Francisco Gros), Pantanal (Paraíso) e Costa Rica

O prazo das autorizações das PCHs vigorará pelo prazo de 30 anos podendo ser prorrogado a critério da ANEEL, nos termos do artigo 7º da Resolução 110/99 e 111/99.

Na exploração das PCHs, as autorizadas terão ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições constantes nos contratos de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

A energia elétrica produzida pela Autorizada destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto nº 2.003/96.

Ao final do prazo desta Autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL.

Registros da Controlada Pantanal (CGHs Coxim, São João I e II)

Os aproveitamentos hidrelétricos com potência igual ou inferior a 1.000 kW são denominadas Centrais geradoras hidrelétricas - CGHs, estão dispensadas de concessão, permissão ou autorização, devendo apenas obter o registro junto a ANEEL, conforme o art. 8º da Lei nº 9.074/95. O registro vigorará por prazo indefinido em regime precário conforme artigo 22 da Resolução ANEEL nº 395/98.

A energia elétrica produzida pelas CGHs destina-se à comercialização exclusiva no mercado regulado.

2 Base de preparação e Práticas contábeis

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando conforme as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da Controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da Controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da Controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 25 de fevereiro de 2013.

As controladas diretas são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e continuarão sendo consolidadas até a data que cessar tal controle.

2.1.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

2.2 Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Controladora e suas controladas para os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo valor justo que equivale ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

b) Contas a receber

• Concessionárias (Nota 5)

Representadas, basicamente, por contratos bilaterais de venda de energia, incluindo também os contratos resultantes de participação em leilões no ambiente regulado, os valores a receber relativos à energia comercializada no mercado de curto prazo na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, valores do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, resultantes do despacho do Operador Nacional de Sistema - ONS por melhor gestão dos recursos hídricos e por recebíveis de empresas de distribuição de energia elétrica decorrentes de operações de uso do sistema de transmissão.

c) Investimentos (Nota 12)

• Controladas

Nas demonstrações financeiras da Controladora os investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa e, em demais sociedades que fazem parte de uma mesma Companhia ou que estejam sob controle comum, são avaliadas por equivalência patrimonial.

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto prontamente praticáveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

d) Imobilizado (Nota 13)

São contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre a compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o funcionamento pretendido pela Administração, e deduzidos da depreciação acumulada. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados, quando aplicável.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação para os ativos de usinas hidrelétricas estão de acordo com a Resolução Normativa nº 474/12, emitida pela ANEEL, novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço foram estabelecidas, a partir de 1º de Janeiro de 2012, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367/09. As taxas de depreciação refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

O valor residual é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, considerando a taxa de depreciação da ANEEL, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União e esta indenizará a Companhia pelos ativos não totalmente depreciados. A Companhia, entende que existe o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados e reversíveis, suportada por seus assessores legais e considerando os fatos e circunstâncias disponíveis no momento. Eventuais alterações serão acompanhadas e analisadas os seus impactos se existentes.

Os métodos de depreciação e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis e as vidas úteis são aquelas definidas pela ANEEL.

e) Ativo intangível (Nota 14)

Os ativos intangíveis compreendem os gastos na implementação de *softwares*, desenvolvimento de projetos e faixas de servidão. Os seguintes critérios são aplicados:

- *Softwares*: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização;
- Desenvolvimento de projetos: são reconhecidos como ativos a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1); e
- Faixas de servidão permanente: estão registradas pelo custo de aquisição.

A amortização é calculada sobre o valor amortizável (valor de custo menos seu valor residual) de um ativo. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

f) Licenças ambientais (Notas 14 e 21)

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, conforme manual de contabilidade da ANEEL e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já as licenças de operação, obtidas após a entrada em operação dos empreendimentos, caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado é registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos é constituída uma provisão e é registrado um ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo de vigência da licença.

g) Redução ao valor recuperável

Ativo financeiro

São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e ativos intangíveis, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor, quando aplicável.

h) Demais ativos circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

i) Fornecedores (Nota 15)

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais, serviços, de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica.

j) Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas e debêntures (Notas 17 e 16)

Os empréstimos, financiamentos e as debêntures são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva ou valor justo.

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação.

k) Provisões (Nota 21)

São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

l) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

m) Imposto de renda e contribuição social (Notas 6, 7 e 26)

O imposto de renda e a contribuição social correntes e os diferidos registrados no resultado são calculados com base no regime do Lucro Real Anual, às alíquotas aplicáveis de 15%, acrescida de 10% sobre o Lucro tributável que exceder R\$240 anuais e a contribuição social corrente é calculada com base nos Lucros tributáveis antes do imposto de renda, através da aplicação da alíquota de 9%, ambos considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, respectivamente, limitada a 30% do Lucro Real, quando aplicável.

A Companhia para fins de apuração do lucro tributável e seus efeitos sobre as demonstrações financeiras, consideraram a adoção do Regime Tributário Transitório - RTT, conforme determinado na MP nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), cuja opção foi confirmada quando da entrega da declaração do imposto de renda em 15 de outubro de 2009.

Para as controladas Santa Fé, Pantanal e Costa Rica, o imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados com base no regime do Lucro Presumido, às alíquotas aplicáveis de 15%, acrescida de 10% sobre a base de cálculo que exceder R\$60 trimestrais e a contribuição social corrente é calculada à alíquota de 9%.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos foram registrados sobre os prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social, diferenças temporárias e eventos decorrentes da Lei nº 11.638/07 RTT, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

A partir da edição do Pronunciamento Técnico CPC 32 o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pelo seu montante líquido.

As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio Líquido ou em Outros Resultados Abrangentes.

Em 22 de dezembro de 2009, a Energest obteve junto à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, Laudo Constitutivo nº 176/09, atestando o atendimento a todas as condições e requisitos legais exigidos para o reconhecimento do direito à redução de 75% da alíquota do Imposto sobre a Renda e Adicionais não restituíveis calculados com base no lucro da exploração, sobre 33,08% da receita gerada pela Usina Mascarenhas localizada no Município de Baixo Guandu no Estado do Espírito Santo correspondentes a 28,16% do total da receita da Companhia, por um período de 10 anos a partir do exercício fiscal de 2005.

Essa subvenção governamental foi reconhecida no resultado do exercício de 2010 e registrada, a partir da conta de Lucros Acumulados, em Reserva de Incentivos Fiscais, de acordo com o CPC 07 (R1) - Subvenções e Assistências Governamentais e Lei nº 11.638/07. Em atendimento ao que determina a Portaria 2091-A de 28 de dezembro de 2007 do Ministério da Integração Nacional, órgão que regulamenta o benefício, o valor do imposto de renda que deixou de ser pago não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas, o qual somente poderá ser utilizado para absorção de prejuízo ou aumento de capital social.

n) Benefícios pós-emprego (Nota 18)

A Companhia possui planos de benefícios a empregados dos tipos Contribuição definida e Benefício definido, incluindo planos de pensão e aposentadoria e assistência médica. A descrição dos principais planos de benefícios concedidos aos empregados estão descritas na nota 18.

Os valores são registrados de acordo com os termos da Deliberação CVM nº 695/12. Os custos e o passivo atuarial dos planos do tipo Benefício definido são determinados anualmente com base em avaliação realizada por atuários independentes segundo o Método do Critério Unitário Projetado, sendo a última efetuada para a data-base 31 de dezembro de 2012.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no exercício em que ocorrem diretamente no Patrimônio Líquido na rubrica Outros resultados abrangentes.

As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

o) Dividendos (Nota 8)

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que são aprovados em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

p) Capital social (Nota 22.1)

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido, sendo reconhecidos como dedução ao patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações.

q) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

r) Reconhecimento de receita

• Receita operacional

A receita é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador. A receita de operações com energia elétrica e serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O faturamento de suprimento de energia para todas as concessionárias é efetuado mensalmente.

• Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras e acréscimos moratórios incidentes sobre a energia vendida, que são reconhecidas no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias e marcação a mercado sobre empréstimos e financiamentos e resultados de operações de *swap* e *hedge*, quando aplicável, que estão reconhecidos no resultado.

s) Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado utilizando o resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado pelos mesmos indicadores, sendo a média das ações em circulação ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, conforme CPC 41 - Resultado por Ação, aprovado pela Deliberação CVM nº 636/10.

Não existe diferença entre o Lucro básico por ação e Lucro por ação diluído.

t) Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem divergir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas pelo menos anualmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego que é revisado semestralmente.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Provisão para créditos de liquidação duvidosa; Transações realizadas no âmbito da CCEE; Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias; Análise de redução ao valor recuperável dos ativos; Mensuração de instrumentos financeiros; Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas; Provisões necessárias para custos relacionados a Licenças ambientais; e Planos de benefícios pós-emprego.

u) Instrumentos financeiros (Nota 28)

Instrumentos financeiros são quaisquer transações que dão origem a um ativo ou passivo financeiro ou, ainda, instrumento de patrimônio de outra companhia. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• Instrumentos mantidos até o vencimento

Se a Companhia e/ou suas controladas têm a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

• Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é negociado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia e/ou suas controladas gerenciam esses investimentos e tomam as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado por elas. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

• Empréstimos e recebíveis

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

v) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

w) Contratos de arrendamento

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são debitados à demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

x) Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado - DVA nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como informação financeira adicional às Demonstrações Financeiras.

y) Ativos de infraestrutura vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração e transmissão, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação dos ativos de infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

2.3 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R2) - Demonstrações Consolidadas, aprovada pela Deliberação CVM nº 668/11, abrangendo a Companhia e suas controladas (conforme descrito na Nota 12.2).

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Eliminação do investimento da Controladora nas companhias controladas;
- Eliminação dos saldos das contas entre a Controladora e as companhias controladas incluídas na consolidação; e
- Destaque da participação dos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações de resultados.

2.4 Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) novas e revisadas

Algumas normas e emendas das normas e interpretações emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, portanto não foram aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS novas e revisadas e à IFRIC apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo IASB e ainda não adotadas pela Companhia IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A IFRS 9 foi emitida em novembro de 2009 e revista em outubro de 2010, substituindo os trechos da IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esta norma requer a classificação dos ativos financeiros, no reconhecimento inicial, em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Nos passivos financeiros, a principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada, o valor decorrente desta mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Companhia está avaliando o impacto desta norma, sendo a mesma aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo

A IFRS 13 apresenta uma base única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações dessa informação. As divulgações quantitativas e qualitativas, com base na hierarquia de valor justo de três níveis atualmente exigidos para instrumentos financeiros serão complementadas de modo a incluir todos os ativos e passivos em seu escopo. A Administração da Companhia entende que a adoção dessa nova norma possa afetar certos valores reportados nas demonstrações financeiras e resultar em divulgações mais abrangentes nas demonstrações financeiras. Essa norma tem vigência para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

Novos normativos e revisões sobre consolidação, acordos de participação, coligadas e divulgações
Em maio de 2011, um pacote de cinco normas de consolidação, acordos de participação, coligadas e divulgações foi emitido, incluindo a IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12, IAS 27 (revisada em 2011) e IAS 28 (revisada em 2011).

IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas

A IFRS 10 substitui as partes da IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas que tratam das demonstrações financeiras consolidadas e incorporou a SIC-12 Consolidação - Sociedades de Propósito Específico. Esta norma introduz o conceito de controle como a base de consolidação. Esta definição de controle considera três elementos: (a) poder sobre uma investida; (b) exposição, ou direitos, a retornos variáveis da sua participação na investida; e (c) capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor dos retornos ao investidor. Orientações abrangentes foram incluídas na IFRS 10 para abordar cenários complexos. Essa norma tem vigência para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Administração da Companhia entende que a IFRS 10 não tenha impacto significativo nas demonstrações financeiras.

IFRS 11 - Negócios em Conjunto

A IFRS 11 substitui a IAS 31 - Participações em *Joint Ventures*, e aborda como deve ser classificada uma participação onde duas ou mais partes têm controle conjunto. Esta norma define que os acordos de participação são classificados como operações conjuntas (reconhecimento de ativos e passivos) ou *joint ventures* (método da equivalência patrimonial), conforme os direitos e as obrigações das partes dos acordos. Essa norma tem vigência para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013 e não são esperados ajustes na adoção dessa norma.

IFRS 12 - Divulgação de Participações em Outras Entidades

A IFRS 12 exige a divulgação abrangente de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem a natureza e os riscos associados a participações em outras entidades, bem como os efeitos dessas participações sobre a sua posição financeira, desempenho financeiro e fluxos de caixa. No geral, as divulgações exigidas são agrupadas nas categorias mais amplas a seguir mencionadas: Julgamentos e premissas significativas; Participações em controladas; Participações em acordos conjuntos e coligadas; e Participações em entidades estruturadas não consolidadas. A IFRS 12 relaciona exemplos específicos e divulgações adicionais que informam mais detalhadamente cada um desses objetivos de divulgação, inclusive outras orientações acerca das divulgações abrangentes exigidas. Essa norma tem vigência para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013 e a Administração da Companhia entende que o impacto da IFRS 12 será basicamente um incremento na divulgação.

Revisões de Pronunciamentos e Interpretações já emitidos anteriormente ocorridas no exercício de 2012 e Novos Pronunciamentos, com adoção requerida para 1º de janeiro de 2013

CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (IAS 28)

Inclusão da referência a Empreendimento Controlado em Conjunto. A exemplo da versão anterior do Pronunciamento CPC 18 a presente norma inclui a referência a Investimento em Controlada, que não consta na versão do IAS 28 (emitido pelo IASB), mas é necessária no Brasil em função da previsão, contida na Legislação Societária Brasileira, de que nas demonstrações contábeis individuais o investimento com controlada seja avaliado pelo método de equivalência patrimonial. A Administração da Companhia entende que o CPC 18 (R2) não tenha impacto significativo nas demonstrações financeiras.

CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto (IFRS 11)

As principais alterações incluíram compatibilizações de texto com o objetivo de produzir os mesmos reflexos contábeis que a aplicação da IFRS 11 - *Joint Arrangements*, a sua aplicação mandatória se dá a partir de 2013, e alteram do Pronunciamento original principalmente quanto a eliminação da opção de se consolidar os denominados investimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) e a diferenciação entre uma controlada em conjunto e acordos de operação conjunta, como definidos no Pronunciamento. A Administração da Companhia entende que não são esperados ajustes na adoção dessa norma.

CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados (IAS 19)

A revisão contempla substancialmente alterações introduzidas no texto da IAS 19. As principais modificações desta norma referem-se aos planos de benefícios definidos. Eliminação da utilização do "método do corredor" passando a vigorar somente o reconhecimento integral dos ganhos e perdas atuariais na data das demonstrações contábeis em Outros resultados abrangentes, prática esta já utilizada pela Companhia e suas controladas desde a adoção inicial ao IFRS, em 2010. Além do reconhecimento integral no resultado dos custos dos serviços passados e a despesa/receita financeira do plano que passa a ser reconhecida pelo valor líquido com base na taxa de desconto. As modificações à IAS 19 são efetivas para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2013 e exigem adoção retroativa. Os impactos esperados são relacionados ao reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados como despesa quando da alteração do plano em substituição do diferimento contra o resultado.

Os impactos estimados são de uma redução no balanço de abertura de 1º de janeiro de 2012 de R\$1.508 e aumento na despesa de Pessoal do exercício de 2012 em R\$1.353, quando apresentado de forma comparativa com as demonstrações financeiras para o exercício a partir de 31 de dezembro de 2013. Em contrapartida, a amortização de custo do serviço passado no valor de R\$155 por ano de ocorrência, no prazo médio, por mais 10 exercícios não impactará mais a despesa.

CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas (IFRS 10)

Essa norma exige que a controladora apresente suas demonstrações financeiras consolidadas como se fosse uma única entidade econômica, substituindo as exigências anteriormente contidas na IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas e SIC 12 - Consolidação - Entidades de Propósito Específico. Detalhes das alterações já foram acima identificados na IFRS 10. A Administração da Companhia entende que o CPC 36 (R3) não tenha impacto significativo nas demonstrações financeiras.

CPC 45 - Divulgação de Participações em Outras Entidades (IFRS 12)

Detalhes das alterações já foram acima identificados na IFRS 12. A Administração da Companhia entende que o CPC 45 não tenha impacto significativo nas demonstrações financeiras.

CPC 46 - Mensuração do Valor Justo (IFRS 13)

Detalhes das alterações já foram acima identificados na IFRS 13. A Administração espera que a adoção dessa nova norma possa afetar certos valores reportados nas demonstrações financeiras e resultar em divulgações mais abrangentes nas demonstrações financeiras.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e adotadas pela Companhia

CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada e em Controladas (IAS 28)

A única alteração refere-se à mudança do item 22A e a inclusão dos itens 22B e 22C, com a proposta de não eliminar os resultados que, do ponto de vista da consolidação, são considerados não realizados nas demonstrações individuais de uma controlada, quando da venda de ativos para a Controladora ou outras controladas do mesmo grupo econômico, de forma a evitar que a participação de sócios não controladores na controlada vendadora tenham seus possíveis dividendos ou recebimentos de lucros diferidos no tempo. Resumidamente, transações que gerem mais ou menos valias entre empresas do mesmo grupo econômico, não devem ser reconhecidas na Controladora, nem no consolidado, porque não refletem alterações a esse nível.

CPC 30 (R1) - Receitas (IAS 18)

A revisão deste pronunciamento introduziu as últimas alterações realizadas nas normas internacionais, bem como efetuou ajustes e esclarecimentos a fim de sanar eventuais dúvidas quanto aos reflexos contábeis oriundos da harmonização contábil para aplicação das IFRS no Brasil. A Companhia avaliou a revisão deste CPC e não houve impacto significativo nas demonstrações financeiras.

CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação (IFRS 7)

A proposta de revisão deste pronunciamento é decorrente substancialmente de compatibilizações de texto com o objetivo de produzir os mesmos reflexos contábeis que a aplicação do IFRS 7. A presente revisão enfatiza divulgações qualitativas no contexto de divulgações quantitativas permitindo que os usuários façam uma associação com as divulgações relacionadas e desse modo formem um entendimento amplo acerca da natureza e da extensão dos riscos advindos dos instrumentos financeiros. Alterou também as divulgações requeridas para ajudar os usuários de demonstrações contábeis a avaliarem as exposições a riscos relativas a transferências de ativos financeiros e o efeito desses riscos sobre a posição financeira da entidade. Esta revisão não contempla as alterações decorrentes do IFRS 9, que somente tem vigência obrigatória pelo IASB em 1º de janeiro de 2015.

ICPC 08 (R1) - Contabilização de Pagamento de Dividendos

A revisão desta interpretação tem como objetivo complementar o documento original, através da inclusão de tópicos da legislação societária brasileira (Lei nº 6.404/76) em relação à contabilização da proposta de pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas ou sócios. A interpretação incorporou os conceitos do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e, classifica que: os dividendos intermediários, os dividendos fixos e mínimos devidos aos acionistas preferencialistas e os lucros destinados à distribuição como dividendo obrigatório (inclusive sob a forma de JSCP) representam de fato uma

obrigação presente na data das demonstrações financeiras, por representarem uma obrigação legal, ainda que os dividendos sejam declarados após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras. A parcela remanescente de lucro a distribuir deve figurar como uma retenção de lucro, em conta específica, até à sua aprovação em Assembleia Geral.

ICPC 09 (R1) - Demonstrações Contábeis Individuais, Separadas, Consolidadas e Equivalência Patrimonial

A revisão desta interpretação decorre do processo de audiência pública do CPC 18 (R2), nos itens descritos acima, que implicam mudanças diretas nas Demonstrações Financeiras. Foram efetuadas mudanças adicionais no sentido de dar clareza aos itens da interpretação fornecendo referências cruzadas de itens correlacionados com outras normas, bem como renomeação de alguns subtítulos.

2.5 Reclassificações do exercício de 2011

Para fins de comparabilidade foram feitas as seguintes reclassificações nos valores anteriormente apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011:

2.5.1 Balanço Patrimonial

Controladora

Reclassificação no valor de R\$53 referente a Imposto de renda e contribuição social diferidos. Esta reclassificação ocorreu na rubrica de Imposto de renda e contribuição social diferidos entre Passivo não circulante para Ativo não circulante, no qual está sendo apresentado em 2012 pelo valor líquido (Nota 2.2 - d). De acordo com o CPC 33, foi reclassificado o saldo de ganhos e perdas atuarias líquidos de Imposto de renda e Contribuição social diferidos no valor de R\$1.259 da rubrica de Outros resultados abrangentes para a rubrica de Reserva de lucros.

Consolidado

Reclassificação no valor de R\$53 referente a Imposto de renda e contribuição social diferidos, apresentado em 2012 pelo valor líquido (Nota 2.2 - d). Reclassificação entre Obrigações estimadas com pessoal e Impostos e Contribuições sociais no valor de R\$354

De acordo com o CPC 33, foi reclassificado o saldo de ganhos e perdas atuarias líquidos de Imposto de renda e Contribuição social diferidos no valor de R\$1.259 da rubrica de Outros resultados abrangentes para a rubrica de Reserva de lucros.

2.5.2 Demonstração do Fluxo de Caixa

Controladora

Reclassificação de Concessionárias no valor de R\$13 para Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas no resultado das atividades operacionais. Reclassificação do Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados (créditos de PIS e COFINS da depreciação) no valor de R\$28, para Outros tributos e contribuições sociais (variação dos impostos) alocado nos ativos operacionais.

Reclassificação dos encargos regulamentares e setoriais, no valor de R\$819 inicialmente alocado no resultado das atividades operacionais para passivos operacionais.

Reclassificação de Cauções e depósitos vinculados no valor de R\$480, inicialmente alocados em ativos operacionais para as atividades de financiamento, para adequação ao CPC 03.

Consolidado

Reclassificação de Concessionárias no valor de R\$13 para Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas no resultado das atividades operacionais. Reclassificação do Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados (créditos de PIS e COFINS da depreciação) no valor de R\$28, para Outros tributos e contribuições sociais (variação dos impostos) alocado nos passivos operacionais.

Reclassificação dos encargos regulamentares e setoriais, no valor de R\$990 inicialmente alocado no resultado das atividades operacionais para passivos operacionais.

Reclassificação das Cauções e depósitos vinculados a litígios das atividades operacionais no valor de R\$516 para Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária no resultado das atividades operacionais. Reclassificação de Cauções e depósitos vinculados no valor de (R\$270), inicialmente alocados em ativos operacionais para as atividades de financiamento, para adequação ao CPC 03.

Reclassificação dos Impostos e contribuições sociais das atividades operacionais no valor de R\$29 para Impostos e contribuições sociais - atualização monetária no resultado das atividades operacionais.

2.5.3 Demonstração do Valor Adicionado

Controladora

Para adequação ao CPC 09 realizamos a reclassificação da Receita relativa a construção de ativos próprios alocada em Geração do valor adicionado, no valor de R\$46.928, anteriormente apresentada líquida nas seguintes rubricas: Insumos Adquiridos de terceiros no valor de R\$42.921 (R\$6.383 referente a Materiais, R\$35.912 referente a Serviços de terceiros e R\$626 referente a Outros custos operacionais) e R\$4.007 referente a Pessoal da linha Distribuição do valor adicionado.

Reclassificação dos Créditos de PIS e Cofins da rubrica de Insumos Adquiridos de terceiros no valor de R\$2.694 (R\$1.722 referente a Custos da energia comprada, R\$812 referente a Encargos de uso da rede elétrica, R\$32 referente a Materiais e R\$128 referente a Serviços de terceiros) e das Depreciações e amortizações no valor de R\$28, para Distribuição do valor adicionado (R\$2.735 referente a Impostos Federais e (R\$13) referente aos Aluguéis) para adequação ao CPC 09 no valor de R\$2.722.

Consolidado

Para adequação ao CPC 09 realizamos a reclassificação da Receita relativa a construção de ativos próprios alocada em Geração do valor adicionado, no valor de R\$76.300, anteriormente apresentada líquida nas seguintes rubricas: Insumos Adquiridos de terceiros no valor de R\$72.293 (R\$16.877 referente a Materiais, R\$54.992 referente a Serviços de terceiros e R\$424 referente a Outros custos operacionais) e R\$4.007 referente a Pessoal da linha de Distribuição do valor adicionado.

Reclassificação dos Créditos de PIS e Cofins da rubrica de Insumos adquiridos de terceiros no valor de R\$2.694 (R\$1.722 referente a Custos da energia comprada, R\$812 referente a Encargos de uso da rede elétrica, R\$32 referente a Materiais e R\$128 referente a Serviços de terceiros) e das Depreciações e amortizações no valor de R\$28, para Distribuição do valor adicionado (R\$2.735 referente a Impostos Federais e (R\$13) referente aos Aluguéis) para adequação ao CPC 09 no valor de R\$2.722.

3 Eventos do Exercício

Lei nº 12.783/13 (Conversão da Medida Provisória nº 579/12)

Em 11 de janeiro de 2013 foi sancionada a Lei nº 12.783/13, que renova determinadas concessões de ativos de energia elétrica, o processo foi desencadeado pela publicação da MP 579, publicada em 11 de setembro de 2012, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária e outras providências. A Companhia ainda não concluiu sua análise, porém a Administração, em uma avaliação inicial, entende que não sofrerá impactos significativos de curto prazo decorrentes das disposições contidas na lei.

Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Bancos conta movimento	9.315	12.913	14.860	17.631
Aplicações financeiras - renda fixa	7.601	67.436	29.335	90.585
Total	16.916	80.349	44.195	108.216

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia e suas controladas possuem uma opção de resgate das referidas aplicações financeiras, sem penalidade ou perdas de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a Certificado de Depósito Bancário e Debêntures, remunerados à taxa de 101,0% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 28.3.

5 Concessionárias

	Controladora				
	Saldos vincendos	Total	PCLD	Saldo líquido em 31/12/2012	Saldo líquido em 31/12/2011
Circulante					
Concessionárias					
Suprimento de energia elétrica	21.404	21.404		21.404	19.540
Energia de curto prazo	2.821	2.821		2.821	1.184
Total circulante	24.225	24.225	-	24.225	20.724
Não circulante					
Concessionárias					
Energia de curto prazo	905	905	(905)		
Total não circulante	905	905	(905)	-	-

	Consolidado					
	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Total	PCLD	Saldo líquido em 31/12/2012	Saldo líquido em 31/12/2011
Concessionárias						
Suprimento de energia elétrica	30.646	2.065	32.711		32.711	29.223
Energia de curto prazo	2.860		2.860		2.860	1.325
	33.506	2.065	35.571		35.571	30.548
Total circulante	33.506	2.065	35.571	-	35.571	30.548
Não circulante						
Concessionárias						
Energia de curto prazo	1.267		1.267	(1.267)		
Total não circulante	1.267	-	1.267	(1.267)	-	-

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

				Controladora							
Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Período de duração	Preço praticado	Ativo		Passivo		Receitas (despesas) no exercício		
				R\$/MWh	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	2012	2011	
				em 31/12/2012							
Partes relacionadas											
Compartilhamento de gastos com pessoal, material e serviços de terceiros, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 2.194/97 e Resoluções Normativas nº 334/08 e nº 423/10	Santa Fé	19/10/2007			828	823					
Compartilhamento de gastos com locação de imóvel, condominiais, telecomunicação, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 1.598/11	Escelsa	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014				7	10	(89)	(98)	
Compartilhamento de gastos com locação de imóvel, condominiais, telecomunicação, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 1.598/11	EDP Energias do Brasil	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014					100	87	(1.143) (895)	
Compartilhamento de gastos com gestores corporativos, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 205/13	EDP Energias do Brasil	01/07/2012						436	129	(436) (990)	
Contrato de aluguel de sala Centro Operativo de Carapina	Escelsa	13/05/2009	13/05/2009 a 12/05/2012							(15)	
Contrato de Cessão e Transferência de Investimentos	ECE Participações	15/12/2011				1.857				1.857	
Compartilhamento de gastos com pessoal	ECE Participações	30/09/2012			6					(1.028)	
Contratos de mútuo - 100% do CDI	EDP Energias do Brasil	15/05/2003	15/05/2003 a 29/12/2011						61.386	(3.121) (2.771)	
					834	2.680		543	61.612	(4.789) (2.912)	
Fornecedores											
Compra de energia elétrica	EDP Comercializadora	01/01/2008	01/02/2008 a 31/12/2012					1.017	967	(10.893) (10.337)	
Contrato de uso do sistema de distribuição	Escelsa	01/08/2005	01/08/2005 a 17/07/2025					817	760	(8.726) (7.401)	
	Escelsa	01/08/2005	01/08/2005 a 17/07/2025							(1.028)	
Conexão do sistema de transmissão	Evrecy	01/08/2005	01/08/2005 a 17/07/2025						83	(714) (603)	
					-	-		1.834	1.810	(20.333) (19.369)	
				Total Consolidado	8.786	9.633		2.377	63.422	47.607 35.229	
				Preço praticado	Ativo		Passivo		Receitas (despesas) no exercício		
Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Período de duração	R\$/MWh em	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	2012	2011	
				31/12/2012							
Concessionárias											
Venda de energia elétrica	Bandeirante	16/12/2004	01/01/2005 a 31/12/2012	83,92	61	79			537	601	
	Bandeirante	16/12/2004	01/01/2006 a 31/12/2013	94,23	46	59			404	451	
	Bandeirante	15/09/2005	01/01/2008 a 31/12/2015	112,57	45	58			403	447	
	Bandeirante	01/03/2006	01/01/2008 a 31/12/2037	161,57	22	21			174	163	
	Bandeirante	11/01/2007	01/01/2009 a 31/12/2038	171,49	34	45			385	359	
	EDP Comercializadora	30/08/2010	01/12/2010 a 31/12/2022		50	166			533	1.770	
	EDP Comercializadora	01/12/2006	01/01/2007 a 31/12/2014		529	393			4.424	4.198	
	EDP Comercializadora	01/09/2008	01/01/2009 a 31/12/2023		1.527	1.509			14.888	13.906	
	EDP Comercializadora	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2011			32				275	
	EDP Comercializadora	01/10/2011	01/10/2011 a 31/10/2011							18	
	EDP Comercializadora	01/01/2012	01/01/2012 a 31/12/2014							362	
	EDP Comercializadora	01/01/2012	01/01/2012 a 31/12/2012		670					2.540	
	EDP Comercializadora	01/01/2012	01/01/2012 a 29/02/2012							5	
	EDP Comercializadora	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2011							(3.151)	
	EDP Comercializadora	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2011							(56)	
	EDP Comercializadora	01/01/2011	01/07/2011 a 31/12/2011							(675)	
	EDP Comercializadora	01/12/2012	01/01/2012 a 31/12/2014		474					3.961	
	EDP Comercializadora	01/12/2012	01/01/2012 a 31/12/2012		942					8.174	
	EDP Comercializadora	01/01/2012	01/01/2012 a 31/12/2012		534					3.553	
	EDP Comercializadora	01/01/2012	01/01/2012 a 31/12/2012		118					1.035	
	EDP Comercializadora	01/01/2012	01/01/2012 a 31/12/2012		460					3.157	
	EDP Comercializadora	01/01/2012	01/01/2012 a 31/01/2012							10	
	Escelsa	01/08/2001	01/08/2001 a 17/07/2025							2.203	
	Escelsa	01/11/2002	01/11/2002 a 17/07/2025							10.451	
	Escelsa	01/11/2007	01/11/2007 a 17/07/2025							12.720	
	Escelsa	01/08/2001	01/08/2001 a 17/07/2025	201,18	392	439			4.324	1.806	
	Escelsa	01/11/2002	01/11/2002 a 17/07/2025	186,23	1.862	2.083			20.515	8.565	
	Escelsa	01/11/2007	01/11/2007 a 17/07/2025	178,55	3.063	3.237			24.483	10.289	
	Escelsa	16/12/2004	01/01/2005 a 31/12/2012	83,11	118	135			975	965	
	Escelsa	16/12/2004	01/01/2006 a 31/12/2013	93,31	45	52			374	369	
	Escelsa	15/09/2005	01/01/2008 a 31/12/2015	111,47	30	34			247	244	
	Escelsa	01/03/2006	01/01/2008 a 31/12/2037	160,00	46	48			366	344	
	Escelsa	11/01/2007	01/01/2009 a 31/12/2038	169,82	37	39			315	296	
Uso do sistema de transmissão	Bandeirante	30/12/2002	30/12/2002 a 17/07/2025						98	116	
	Escelsa	30/12/2002	30/12/2002 a 17/07/2025						2.561	868	
	Lajeado Energia	28/10/1999	28/10/1999 a 17/07/2025						18	21	
	Enerpeixe	28/10/1999	28/10/1999 a 17/07/2025						12	14	
Conexão do sistema de transmissão	Escelsa	01/08/2005	01/08/2005 a 17/07/2025						588	524	
					11.200	8.429		-	-	99.421 68.101	
Outros Créditos											
Serviços de consultoria ambiental	Enerpeixe	01/12/2011	29/09/2011 a 28/09/2014		31	31			347	344	
	Investco	01/12/2011	29/09/2011 a 28/09/2014			38			185	139	
	Pecem	01/02/2012	01/02/2012 a 31/01/2013		100				100		
	Evrecy	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014						421	132	
					131	69		-	-	1.053 615	
Partes relacionadas											
Compartilhamento de gastos com gestores corporativos, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 205/13	EDP Energias do Brasil	01/07/2012					434	129	(436)	(990)	
	EDP Energias do Brasil	01/07/2012					214	41	(214)	(541)	
	EDP Energias do Brasil	01/07/2012							(40)	(95)	
	EDP Energias do Brasil	01/07/2012					128	26	(126)	(268)	
Compartilhamento de gastos com locação de imóvel, condominiais, telecomunicação, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 1.598/11	EDP Energias do Brasil	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014				100	87	(1.143)	(895)	
	EDP Energias do Brasil	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014				2	2	(22)	(17)	
	EDP Energias do Brasil	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014						(22)	(17)	
	Escelsa	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014						(65)	(51)	
	Escelsa	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014				8	10	(89)	(98)	
Contrato de aluguel de sala Centro Operativo de Carapina	Escelsa	13/05/2009	13/05/2009 a 12/05/2012							(15)	
	Escelsa	13/05/2009	13/05/2009 a 12/05/2012							(15)	
Contrato de Cessão e Transferência de Investimentos	ECE Participações	15/12/2011				1.857				1.857	
Contratos de mútuo - 100% do CDI	EDP Energias do Brasil	15/05/2003	15/05/2003 a 29/12/2011						61.386	(3.121) (2.771)	
Compartilhamento de gastos com pessoal	ECE Participações	30/09/2012			5						
					5	1.857		886	61.681	(5.278) (3.916)	
Fornecedores											
Compra de energia elétrica	EDP Comercializadora	01/01/2008	01/02/2008 a 31/12/2012				1.017	967	(10.893)	(10.337)	
	EDP Comercializadora	01/01/2011	01/05/2011 a 31/08/2011							(877)	
	EDP Comercializadora	01/01/2012	01/01/2012 a 30/11/2012							(2.050)	
	EDP Comercializadora	01/05/2011	01/05/2011 a 30/11/2011							65	
Contrato de uso do sistema de distribuição	EDP Comercializadora	01/01/2012	01/01/2012 a 31/12/2012							(230)	
	Escelsa	01/08/2005	01/08/2005 a 17/07/2025				817	760	(8.726)	(7.401)	
	Escelsa	01/08/2005	01/08/2005 a 17/07/2025							(1.028)	
	Escelsa	20/03/2009	20/03/2009 a 17/07/2025				44	40	(513)	(442)	
Conexão do sistema de transmissão	Evrecy	01/08/2005	01/08/2005 a 17/07/2025						83	(714) (603)	
					-	-		1.878	1.850	(23.126) (20.623)	
				Total	11.336	10.355		2.764	63.531	72.070 44.177	

A partir de 1º de janeiro de 2011, a EDP - Energias do Brasil, controladora da Companhia, é responsável pela contratação dos gastos que são objeto dos contratos de compartilhamento, assim como, na controladora são alocados os gastos dos gestores corporativos. Os contratos de compartilhamento de gastos entre as partes relacionadas são divididos em dois tipos:

a) Contrato anuído pelo Despacho ANEEL nº 1.359/11, com vigência até 7 de dezembro de 2011, que trata da distribuição dos gastos de salários e encargos dos gestores corporativos e colaboradores da Holding que formulam políticas e diretrizes a serem seguidas pelas empresas do grupo econômico e a apropriação é efetuada em função das atividades realizadas para cada contraparte através do *timesheet*.

A solicitação de aprovação do 3º Termo Aditivo aos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de gastos, a partir de 7 de dezembro de 2011, não foi anuída pela ANEEL conforme Despacho nº 174, de 18 de janeiro de 2012.

Em 22 de maio de 2012, a Resolução Normativa ANEEL nº 489, alterou a Resolução Normativa nº 334/08, permitindo, mediante análise da ANEEL, a prorrogação da anuência já concedida a contratos de compartilhamento de recursos humanos decorrentes da segregação de atividades estabelecida pela Lei nº 10.848/04, até a entrada em vigor da nova Resolução Normativa que disciplinará a contratação entre partes

relacionadas no setor elétrico.

Em 28 de junho de 2012, através do Despacho nº 2.149, a ANEEL anuiu as minutas dos 2º e 3º Termos Aditivos ao Contrato de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos, a serem firmados entre a Companhia e sua controladora, para compartilhamento de gestores corporativos, como pleiteado no documento nº 48513.039848/2011-00, com vigência até o marco temporal estabelecido pelo novo parágrafo único do artigo 27 da Resolução Normativa nº 334/08, alterada pela Resolução Normativa nº 489/12.

Em 11 de setembro de 2012, a ANEEL através do Ofício Circular nº 883/12, manifestou-se no sentido de que as concessionárias, permissionárias e autorizadas interessadas na prorrogação do prazo de anuência concedida pela ANEEL, deveriam protocolar manifestação de interesse impreritivamente até o dia 11 de outubro de 2012, motivo pelo qual no dia 10 de outubro de 2012, a Companhia solicitou a prorrogação do Contrato de Compartilhamento de Atividades e Alocação de gastos, para que o contrato tenha vigência apenas a partir de 1º de julho de 2012 e para o período de 1º de janeiro de 2012 a 30 de junho de 2012 assumidos integralmente pela controladora EDP - Energias do Brasil, com vigência até o marco temporal estabelecido pelo novo parágrafo único do artigo 27 da Resolução Normativa nº 334/08, alterada pela Resolução Normativa nº 489/12, os quais foram anuídos através do Depacho ANEEL nº 205, de 25 de janeiro de 2013.

Energest S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

b) Contrato de compartilhamento de infraestrutura anuído pelo Despacho ANEEL nº 1.598/11, com vigência de 48 meses a partir de 1º de janeiro de 2011, que trata da distribuição dos gastos com locação de imóveis, gastos condominiais e gastos com telecomunicação em função da metragem ocupada por cada contraparte no local objeto do negócio.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas, aconteceram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

9.1 Controladora direta

A controladora direta da Companhia é a EDP - Energias do Brasil.

As contrapartes Costa Rica, Pantanal Energética e Santa Fé são controladas diretas da Companhia.

9.2 Remuneração dos administradores

9.2.1 Política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, Diretoria e Comitês

(I) - Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Diretoria Estatutária

Remuneração Fixa: 70%

Remuneração Variável: 30%

9.2.2 Remuneração e Encargos do Conselho de Administração e da Diretoria pagos pela Companhia no exercício de 2012 (em R\$)

	2012	Diretoria Estatutária
Número de membros		4 (*)
Remuneração fixa		1.361.480
Salário ou pró-labore	977.001	
Benefícios diretos e indiretos (i)	114.995	
Encargos sociais	269.484	
Remuneração Variável	576.591	
Bônus	450.462	
Encargos sociais	126.129	
Valor Total da remuneração, por órgão	1.938.071	

(n/a) = Não Aplicável

(*) Todos os 4 membros da Diretoria são remunerados. A remuneração anual global dos membros do Conselho

11 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Outros créditos - Ativo								
Adiantamentos a empregados	68	161			68	164		
Dispêndios a reembolsar	1.954	1.954			1.954	1.954		
RGR a compensar		134				134		
Serviços em curso	1.072	3.577			1.224	3.947		
Serviços prestados a terceiros	194	148			194	148		
Desativações e alienações em curso	30				90	205		
Outros	20	15			48	(57)		
Total	3.338	5.989	-	-	3.578	6.495	-	-
Outras contas a pagar - Passivo								
Folha de pagamento	337	355			373	355		
Outras	68	49	34	59	72	52	34	59
Total	405	404	34	59	445	407	34	59

12 Investimentos

12.1 Movimentação dos investimentos no exercício:

	Saldos em 31/12/2011		Equivalência patrimonial		Dividendos / JSCP		Saldos em 31/12/2012		% Participação direta	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Pantanal	74.624	91.574	34.301	12.725	(30.076)	78.849	78.849	34.301	100,00	100,00
Costa Rica	12.041	87.897	6.954	13.273	(6.989)	74.624	49.418	12.006	51,00	51,00
Santa Fé	104.231	100,00	13.311	1.500	(10.493)	23.541	17.475	107.049	100,00	100,00
Total	190.896	280,00	54.566	27,598	(47.558)	197.904	197.904	197.904	100,00	100,00

12.2 Participação direta dos investimentos

Empresas	Ações/Quotas possuídas pela Companhia (Mil)		% de participação da Companhia				Ativos totais		Passivos (Circulantes e Não circulantes)		Patrimônio líquido		Receitas		Resultado do exercício	
	31/12/2012	31/12/2011	Capital social integralizado	Capital votante	Capital social integralizado	Capital votante	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
	Pantanal	23.390	23.390	100,00	100,00	100,00	100,00	91.574	87.897	12.725	13.273	78.849	74.624	49.418	44.541	34.301
Costa Rica	7.302	7.302	51,00	51,00	51,00	51,00	25.041	25.727	1.500	2.117	23.541	23.610	17.475	17.921	13.636	14.130
Santa Fé	86.371	86.371	100,00	100,00	100,00	100,00	176.858	184.129	69.809	79.898	107.049	104.231	26.676	21.951	13.311	10.291

13 Imobilizado

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2012		31/12/2011		31/12/2012		31/12/2011	
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos		5.693		5.693		1.215		1.215
Reservatórios, barragens e adutoras	2,57	109.475	(37.552)	71.923	2,82	105.330	(35.656)	69.674
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,23	39.956	(21.069)	18.887	3,70	32.911	(20.318)	12.593
Máquinas e equipamentos	4,31	323.490	(53.352)	270.138	4,10	200.663	(57.134)	143.529
Veículos	14,29	877	(505)	372	20,00	714	(406)	308
Móveis e utensílios	6,52	464	(221)	243	10,00	393	(200)	193
Total do Imobilizado em serviço		479.955	(112.699)	367.256		341.226	(113.714)	227.512
Administração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,00	89	(14)	75	4,00	88	(10)	78
Máquinas e equipamentos	12,21	1.628	(455)	1.173	9,57	1.523	(303)	1.220
Veículos	14,29	1.080	(648)	432	20,00	1.078	(500)	578
Móveis e utensílios	6,29	484	(262)	222	10,00	472	(233)	239
Total do Imobilizado em serviço		3.281	(1.379)	1.902		3.161	(1.046)	2.115
Imobilizado em curso								
Geração		88.653		88.653		179.384		179.384
Administração		169		169		202		202
Total do Imobilizado em curso		88.822	-	88.822		179.586	-	179.586
Total imobilizado		572.058	(114.078)	457.980		523.973	(114.760)	409.213

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2012		31/12/2011		31/12/2012		31/12/2011	
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos		10.484		10.484		6.006		6.006
Reservatórios, barragens e adutoras	2,59	245.203	(63.358)	181.845	2,76	235.276	(58.609)	176.667
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,25	101.198	(49.603)	51.595	3,66	93.075	(47.694)	45.381
Máquinas e equipamentos	4,15	433.753	(83.786)	349.967	4,19	282.376	(85.540)	196.836
Veículos	14,29	1.251	(855)	396	20,00	1.088	(725)	363
Móveis e utensílios	6,75	800	(414)	386	9,98	718	(370)	348
Total do Imobilizado em serviço		792.689	(198.016)	594.673		618.539	(192.938)	425.601
Transmissão								
Terrenos		1		1		1		1
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,55	96	(53)	43	4,00	96	(49)	47
Máquinas e equipamentos	3,65	2.465	(1.028)	1.437	3,41	2.465	(942)	1.523
Total do Imobilizado em serviço		2.562	(1.081)	1.481		2.562	(991)	1.571
Administração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,00	89	(14)	75	4,00	88	(10)	78
Máquinas e equipamentos	12,21	1.628	(455)	1.173	9,57	1.523	(303)	1.220
Veículos	14,29	1.080	(648)	432	20,00	1.078	(500)	578
Móveis e utensílios	6,29	489	(263)	226	10,00	477	(234)	243
Total do Imobilizado em serviço		3.286	(1.380)	1.906		3.166	(1.047)	2.119
Imobilizado em curso								
Distribuição		1		1		1		1
Geração		104.871		104.871		225.459		225.459
Administração		169		169		202		202
Total do Imobilizado em curso		105.041	-	105.041		225.662	-	225.662
Total imobilizado		903.578	(200.477)	703.101		849.929	(194.976)	654.953

O saldo apresentado na rubrica de Imobilizado em curso - Geração refere-se a reopontencialização da UHE Masacarenhas e o saldo apresentado na rubrica de Transmissão refere-se aos itens do Imobilizado em serviço da controlada Costa Rica.

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2011	Aquisições	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciações	Baixas	Reclassificação	Valor líquido em 31/12/2012
Imobilizado em serviço							
Terrenos	1.215			4.478			5.693
Reservatórios, barragens e adutoras	69.674			4.333	(2.084)		71.923
Edificações, obras civis e benfeitorias	12.671			7.048	(756)	(1)	18.962
Máquinas e equipamentos	144.749			137.657	(8.015)	(3.080)	271.311
Veículos	886			163	(245)		804
Móveis e utensílios	432			83	(50)		465
Total do imobilizado em serviço	229.627	-	153.762	(11.150)	(3.081)	-	369.158
Total do Imobilizado em curso	179.586	60.123	(151.381)	-	(1.426)	1.920	88.822
Total do imobilizado	409.213	60.123	2.381	(11.150)	(4.507)	1.920	457.980

de Administração e da Diretoria é de até R\$1.900.000,00, para o período de abril de 2012 a março de 2013, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 9 de abril de 2012.

(i) Foram considerados os benefícios de Seguro Saúde, Assistência Odontológica, Farmácia, Previdência Privada e Vale Refeição.

9.2.3 Média de Remuneração e Encargos do Conselho de Administração e da Diretoria relativos ao exercício de 2012 (em R\$)

	2012	Diretoria Estatutária
Número de membros		4
Valor da maior remuneração individual		751.003
Valor da menor remuneração individual		79.659
Valor médio de remuneração individual		484.518

10 Cauções e depósitos vinculados

	Controladora				Consolidado					
	Nota	Circulante		Não circulante		31/12/2012	Circulante		Não circulante	
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Depósitos judiciais	21			1.667	3.255			1.667	3.255	
Cauções e depósitos vinculados		4.912	743	585	5.388	6.251	11.806			
Total		4.912	2.410	3.840	5.388	7.918	15.061			

10.1 Depósitos judiciais

O saldo apresentado no consolidado em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 refere-se a depósitos judiciais recursais, visto que as ações de natureza trabalhista encontram-se em andamento.

10.2 Cauções e depósitos vinculados

Controladora

Em 31 de dezembro de 2012 saldo de R\$4.912, refere-se ao depósito para participação no processo de compra e venda de energia na CCEE.

Consolidado

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Consolidado						Valor líquido em 31/12/2012
	Valor líquido em 31/12/2011	Aquisições	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciações	Baixas	Reclassificação	
Imobilizado em serviço							
Terrenos	6.008		4.478				10.486
Reservatórios, barragens e adutoras	176.606		10.117	(4.937)	(1)	5.364	187.149
Edificações, obras civis e benfeitorias	45.507		8.139	(1.929)	(2)		51.715
Máquinas e equipamentos	199.638		167.033	(10.757)	(3.280)	(5.364)	347.270
Veículos	941		163	(276)			828
Móveis e utensílios	591		93	(72)			612
Total do imobilizado em serviço	429.291	–	190.023	(17.971)	(3.283)	–	598.060
Total do Imobilizado em curso	225.662	69.520	(187.701)	–	(4.359)	1.920	105.041
Total do imobilizado	654.953	69.520	2.322	(17.971)	(7.642)	1.920	703.101

14 Intangível

	Controladora							
	31/12/2012				31/12/2011			
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Geração								
Software	19,20	2.133	(1.650)	483	19,05	1.975	(1.335)	640
Servidão permanente		42		42		42		42
Direito de concessão - Licenças ambientais	14,61	527	(448)	79	6,06	528	(372)	156
		2.702	(2.098)	604		2.545	(1.707)	838
Administração								
Software	20,00	698	(311)	387	19,41	520	(208)	312
		698	(311)	387		520	(208)	312
Total do Intangível em Serviço		3.400	(2.409)	991		3.065	(1.915)	1.150
Intangível em curso								
Geração		20.305		20.305		19.081		19.081
Administração		589		589		482		482
Total do Intangível em Curso		20.894	–	20.894		19.563	–	19.563
Total intangível		24.294	(2.409)	21.885		22.628	(1.915)	20.713

	Consolidado							
	31/12/2012				31/12/2011			
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Geração								
Software	17,16	2.387	(1.825)	562	17,10	2.200	(1.464)	736
Servidão permanente		402		402		219		219
Direito de concessão - Licenças ambientais	6,96	1.107	(1.028)	79	2,89	1.107	(913)	194
		3.896	(2.853)	1.043		3.526	(2.377)	1.149
Administração								
Software	20,00	698	(311)	387	19,41	520	(208)	312
		698	(311)	387		520	(208)	312
Total do Intangível em Serviço		4.594	(3.164)	1.430		4.046	(2.585)	1.461
Intangível em curso								
Geração		20.990		20.990		19.845		19.845
Administração		589		589		486		486
Total do Intangível em Curso		21.579	–	21.579		20.331	–	20.331
Total intangível		26.173	(3.164)	23.009		24.377	(2.585)	21.792

A movimentação do intangível no exercício é a seguinte:

	Controladora							
	Valor líquido 31/12/2011	Ingressos	Transferência para imobilizado em serviço	Amortizações	Baixas	Reclassificação	Valor líquido 31/12/2012	
	Intangível em serviço							
Software	952			336	(418)		870	
Servidão permanente	42						42	
Direito de concessão - Licenças ambientais	156			(77)			79	
Intangível em curso	19.563	6.002	(2.717)	(495)	(34)	(1.920)	20.894	
Total Intangível	20.713	6.002	(2.381)	(495)	(34)	(1.920)	21.885	

	Consolidado							
	Valor líquido 31/12/2011	Ingressos	Transferência para imobilizado em serviço	Amortizações	Baixas	Reclassificação	Valor líquido 31/12/2012	
	Intangível em serviço							
Software	1.048			366	(465)		949	
Servidão permanente	219			183			402	
Direito de concessão - Licenças ambientais	194			(115)			79	
Intangível em curso	20.331	6.120	(2.871)	(580)	(81)	(1.920)	21.579	
Total Intangível	21.792	6.120	(2.322)	(580)	(81)	(1.920)	23.009	

Servidão permanente são direitos de passagem para linhas de conexão, de transmissão associadas à geração de energia da Companhia, constituídos por indenização em favor do proprietário do imóvel. Como são permanentes não são amortizadas.

Software são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por aquisições das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização do software.

Licenças ambientais são exigidas pela legislação ambiental brasileira e devem ser obtidas após a entrada em operação das usinas hidrelétricas. A amortização deverá ser efetuada durante o período de vigência da licença.

15 Fornecedores

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Circulante		Circulante		Circulante	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Suprimento de energia elétrica	1.958	968	1.898	968				
Encargos de uso da rede elétrica	903	843	947	937				
Operações CCEE	17.975	1.403	19.467	1.422				
Materiais e serviços	17.501	15.550	18.813	23.046				
Total	38.337	18.764	41.125	26.373				

16 Debêntures

16.1 Composição do saldo de Debêntures

Agente Fiduciário	Empresa	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Controladora e Consolidado			
										31/12/2012		31/12/2011	
										Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
					1ª emissão em	23/04/2012 a	Alongamento da dívida, financiamento de capital de giro e financiamento de CAPEX	CDI + 0,98%	Principal anual a partir de abril/2016 e juro semestral	1.713	120.000	121.713	
Banco Bradesco BBI S/A	Energest	12.000	1	120.000	23/04/2012	23/04/2017			Amortização mensal	–	(541)	(541)	
Custos de emissão	Energest			(635)						1.713	119.459	121.172	
Total													

As principais cláusulas dos contratos prevendo rescisão estão descritas abaixo. A totalidade das cláusulas podem ser consultadas nos prospectos das respectivas emissões.

(i) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão, não sanada no período estipulado pela Escritura de Emissão;

(ii) descumprimento, de qualquer obrigação referente ao principal e/ou à remuneração, não sanadas no período estipulado;

(iii) cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma relevante de reorganização societária que implique na alienação do controle acionário da Emissora, conforme definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, exceto

(i) se a referida alienação for para outra empresa do mesmo grupo econômico da Emissora; ou (ii) tenha sido obtida anuência prévia de Debenturistas titulares de Debêntures que representem 2/3 das Debêntures em Circulação; ou (iii) nas hipóteses de cisão, fusão e incorporação seja assegurado o direito previsto no parágrafo 1º do artigo 231 da Lei nº 6.404;

(iv) descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Bruta/EBITDA não superior a 3,5 a ser apurado na data-base de 31 de dezembro de cada ano;

(v) pedido de auto-falência;

(vi) liquidação, dissolução ou decretação de falência;

(vii) se a Emissora propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano;

(viii) perda da concessão, desde que tal perda possa prejudicar o fiel cumprimento das obrigações;

(ix) notificação de sentença condenatória final transitada em julgado em ação judicial cujo valor individualmente seja superior a R\$50.000, desde que tal sentença possa colocar em risco o fiel cumprimento das obrigações.

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as cláusulas restritivas dos *covenants*, previstas no contrato de debêntures.

16.2 Mutação das debêntures do exercício

	Controladora e Consolidado						Valor líquido em 31/12/2012	16.3 Vencimento das parcelas do Circulante e Não circulante:
	Juros		Transferências		Custos de transação			
	Valor líquido em 31/12/2011	Ingressos	Pagamentos de juros	provisão- nados	Valor líquido em 31/12/2011	Custos de transação		
Circulante								
Debêntures	–	–	(5.355)	7.068	(94)	94	1.713	
			(5.355)	7.068	(94)	94	1.713	
Não circulante								
Debêntures	119.365	–	–	94	–	–	119.459	
	–	119.365	–	–	94	–	119.459	

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

17 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

17.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

										Controladora							
										31/12/2012			31/12/2011				
										Encargos	Principal	Não	Encargos	Principal	Total		
										Circulante	Circulante	circulante	Circulante	Circulante	Não		
Moeda nacional	Empresa	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Utilização	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Circulante	Circulante	Não	Circulante	Circulante	Não		
Banco do Brasil - Cédula de Crédito Bancário	Energest	48.000	20/02/2008	48.000	20/02/2011 a 20/02/2015	Implantação da pequena central hidrelétrica Santa Fé.	Dívida bruta em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,5.	106,6% do CDI	Principal anual e Juros semestral	773	9.600	19.200	29.573	1.628	9.600	28.800	40.028
Santander - CDI - 231006019	Energest	11.864	12/02/2009	11.864	12/02/2009 a 05/03/2012	Capital de Giro		113,50% do CDI	Principal ao final do contrato e juros no momento da repactuação	-				1.285	11.864		13.149
Santander - CDI - 231006029	Energest	21.355	12/02/2009	21.355	12/02/2009 a 05/03/2012	Capital de Giro		113,50% do CDI	Principal ao final do contrato e juros no momento da repactuação	-				2.314	21.355		23.669
BNDES	Energest	25.404	13/11/2009	20.004	15/06/2010 a 15/05/2018	Programa de Investimento		4,50% a.a. e 1,92% acima da TJLP	Principal e juros mensal	32	2.503	11.055	13.590	45	2.503	13.558	16.106
Total										805	12.103	30.255	43.163	5.272	45.322	42.358	92.952

										Consolidado							
										31/12/2012			31/12/2011				
										Encargos	Principal	Não	Encargos	Principal	Total		
										Circulante	Circulante	circulante	Circulante	Circulante	Não		
Moeda estrangeira	Empresa	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Utilização	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Circulante	Circulante	Não	Circulante	Circulante	circulante		
BNDES - USD	Pantanal	55.447	18/02/2002	9.266	16/03/2002 a 16/06/2012	Implantação das usinas hidrelétricas Viçosa/ES, São João/ES e Paraíso/MS.	Patrimônio líquido sobre ativo total maior ou igual a 30%.	UMBNDDES + 4,50% a.a.	Principal e juros mensal	-				1	178		179
Total										987	18.314	88.185	107.486	5.523	53.427	106.420	165.370

17.2 Mutação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no exercício

								Controladora						
								Valor líquido em 31/12/2011	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros provisionados	Transferências	Valor líquido em 31/12/2012	
Circulante								50.594	(45.321)	(8.820)	4.352	12.103	12.908	
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas								50.594	(45.321)	(8.820)	4.352	12.103	12.908	
Não circulante								42.358	-	-	-	(12.103)	30.255	
Empréstimos e financiamentos								42.358				(12.103)	30.255	
								Consolidado						
								Valor líquido em 31/12/2011	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros provisionados	Transferências e cambial	Variação monetária líquida em 31/12/2012	
Circulante								59.129	(53.549)	(13.987)	9.450	18.265	(7)	19.301
Empréstimos e Financiamentos								59.129	(53.549)	(13.987)	9.450	18.265	(7)	19.301
Não circulante								106.420	-	-	30	(18.265)	-	88.185
Empréstimos e financiamentos								106.420			30	(18.265)		88.185

17.3 Vencimento das parcelas do Circulante e Não circulante (principal e encargos)

		Controladora	Consolidado
		Tipo de moeda Nacional	
Vencimento			
Circulante			
2013		12.908	19.301
		12.908	19.301
Não circulante			
2014		12.103	17.978
2015		12.103	17.782
2016		2.503	8.182
2017		2.503	8.182
2018		1.043	6.722
2019 até 2023			28.395
2024 até 2028			944

Total **30.255** **88.185**

18 Benefícios pós-emprego

A Companhia mantém atualmente planos de suplementação de aposentadorias e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores e outros benefícios pós-emprego, compostos por assistência médica, AIA - Auxílio de Incentivo a Aposentadoria e outros benefícios a aposentados.

18.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensão

18.1.1 Plano de Benefício definido e Contribuição variável

A Companhia é patrocinadora dos Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensão, geridos pela EnerPrev desde outubro de 2008, atual gestora dos planos de previdência até então administrados pela Fundação Escelsa de Seguridade Social - ESCELSOS, entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da Companhia, através de dois planos de benefícios: o Plano de Benefícios I, do tipo Benefício Definido, e o Plano de Benefícios II, do tipo Contribuição Variável, convertido em benefício definido quando da conversão em renda vitalícia.

A Companhia é patrocinadora dos Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensão, geridos pela Fundação Enersul, entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da Companhia, através de dois planos de benefícios: o Plano de Benefícios I, do tipo Benefício Definido, e o Plano de Benefícios II, do tipo Contribuição Variável, convertido em benefício definido quando da conversão em renda vitalícia.

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 600/09, a contabilização dos passivos oriundos de benefícios pós-emprego deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33. Para atendimento a essa exigência a Companhia contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desses benefícios, segundo o Método do Critério Unitário Projetado.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2012 demonstrou que, para esses planos previdenciários, o valor justo dos ativos supera o valor presente das obrigações atuariais, conforme demonstrado a seguir.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Esse plano tem a adesão de 23 colaboradores.

	2012		2011		Restrição de reconhecimento de ativo
	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	
Saldo inicial reconhecido	(1.187)	2.643	(986)	2.115	(1.129)
Custo do serviço corrente	(51)		(25)		25
Custo dos juros	(118)		(103)		103
Rendimento esperado dos ativos		292		243	(243)
Ganhos/(perdas) atuariais	(201)	(80)	(131)	328	(197)
Contribuições pagas pela Companhia		15		15	(15)
Contribuições pagas pelos empregados	(7)	7	(8)	8	
Benefícios pagos pelo plano	48	(48)	66	(66)	
Saldo final reconhecido	(1.516)	2.829	(1.313)	2.643	(1.456)
Valor presente das obrigações atuariais	(1.516)	2.829	(1.313)	2.643	(1.456)

A apresentação de superávits nos planos previdenciários de benefício definido reduzem o risco de eventual passivo atuarial futuro para a Companhia. A Administração da Companhia não registrou esse ativo, por não estar assegurada a efetiva redução das contribuições da patrocinadora ou que será reembolsado no futuro.

Na qualidade de patrocinadora, a Companhia contribuiu, com uma parcela mensal proporcional à contribuição realizada pelos participantes destes planos, de acordo com o estabelecido em cada plano de benefícios. A Companhia contribuiu no exercício com R\$183 (R\$181 em 31 de dezembro de 2011).

	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008
Ajustes de experiência com ativos do plano					
(Ganhos)/Perdas atuariais dos ativos		80	(328)	930	(130)
Percentual de (Ganhos)/Perdas relativos ao total de ativos do plano		2,83%	-12,41%	43,97%	-4,67%
Ajustes de experiência com obrigações do plano					
(Ganhos)/Perdas atuariais das obrigações		201	131	(459)	622
Percentual de (Ganhos)/Perdas relativos ao total de ativos do plano		13,26%	11,05%	-46,55%	46,42%

	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008
Situação do plano					
Valor presente das obrigações total ou parcialmente cobertos	(1.516)	(1.186)	(986)	(1.340)	(850)
Valor justo dos ativos	2.829	2.642	2.115	2.782	2.469
Situação do plano	1.313	1.456	1.129	1.442	1.619

As principais classes de ativos do plano estão segregadas conforme a seguir:

Classe de ativo	31/12/2012		31/12/2011	
	Alocação %	Alocação %	Alocação %	Alocação %
Títulos de dívida	89,12%	88,38%		
Ações	8,57%	9,13%		
Imóveis	0,88%	0,97%		
Outros	1,43%	1,53%		
Total	100,00%	100,00%		

A taxa esperada de retorno dos ativos foi determinada considerando a meta de alocação e expectativa de retorno de cada classe de ativo, conforme demonstrado a seguir:

Classe de ativo	2012		2011	
	Meta de alocação	Expectativa de retorno	Meta de alocação	Expectativa de retorno
Títulos de dívida	82,40%	10,22%	82,40%	10,84%
Ações	14,40%	16,27%	14,40%	16,31%
Imóveis	0,60%	10,01%	0,60%	10,77%
Outros	2,60%	10,77%	2,60%	10,77%
Total	100,00%	11,10%	100,00%	11,63%

O retorno real dos ativos do plano no exercício foi de R\$212, face a uma expectativa de retorno no início do exercício no valor de R\$292, ocasionando assim uma perda atuarial de R\$80 não registrados no Patrimônio líquido em virtude da impossibilidade de reconhecimento do superávit mencionado anteriormente.

Apresenta-se a seguir, a composição do número de participantes dos planos:

	2012		2011	
	Plano I	Plano II	31/12/2012	31/12/2011
Participantes ativos			41	41
Participantes assistidos				
Com benefícios diferidos			4	4
Aposentados e pensionistas	1	1	2	2
	1	5	6	4
Total	1	46	47	50

As principais premissas utilizadas nesta avaliação atuarial dos benefícios foram as seguintes:

Econômicas	2012		2011	
	Plano I	Plano II	Plano I	Plano II
Taxa de desconto - nominal	9,30% a.a.	9,30% a.a.	9,30% a.a.	9,30% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos	11,10% a.a.	11,10% a.a.	11,10% a.a.	11,10% a.a.
Crescimentos salariais futuros	6,90% a.a. até 2016, reduzindo para 5,79% a.a. a partir de 2017	6,90% a.a. até 2016, reduzindo para 5,79% a.a. a partir de 2017	6,90% a.a. até 2016, reduzindo para 5,79% a.a. a partir de 2017	6,90% a.a. até 2016, reduzindo para 5,79% a.a. a partir de 2017
Crescimento dos planos de benefícios	5,00% a.a.	5,00% a.a.	5,00% a.a.	5,00% a.a.
Inflação	5,00% a.a.	5,00% a.a.	5,00% a.a.	5,00% a.a.
Demográficas				
Tábua de mortalidade	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	n/a	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1

As principais premissas utilizadas nesta avaliação atuarial dos benefícios foram as seguintes:

Econômicas	2012		2011	
	Plano I	Plano II	Plano I	Plano II
Taxa de desconto - nominal	10,25% a.a.	10,25% a.a.	10,25% a.a.	10,25% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos	11,63% a.a.	11,63% a.a.	11,63% a.a.	11,63% a.a.
Crescimentos salariais futuros	7,59% a.a. até 2015, reduzindo para 5,55% a.a. a partir de 2016	7,59% a.a. até 2015, reduzindo para 5,55% a.a. a partir de 2016	7,59% a.a. até 2015, reduzindo para 5,55% a.a. a partir de 2016	7,59% a.a. até 2015, reduzindo para 5,55% a.a. a partir de 2016
Crescimento dos planos de benefícios	4,50% a.a.	4,50% a.a.	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Inflação	4,50% a.a.	4,50% a.a.	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Demográficas				
Tábua de mortalidade	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	n/a	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1

As principais premissas utilizadas nesta avaliação atuarial dos benefícios foram as seguintes:

Econômicas	2012		2011	
	Plano I	Plano II	Plano I	Plano II
Taxa de desconto - nominal	10,25% a.a.	10,25% a.a.	10,25% a.a.	10,25% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos	11,63% a.a.	11,63% a.a.	11,63% a.a.	11,63% a.a.
Crescimentos salariais futuros	7,59% a.a. até 2015, reduzindo para 5,55% a.a. a partir de 2016	7,59% a.a. até 2015, reduzindo para 5,55% a.a. a partir de 2016	7,59% a.a. até 2015, reduzindo para 5,55% a.a. a partir de 2016	7,59% a.a. até 2015, reduzindo para 5,55% a.a. a partir de 2016
Crescimento dos planos de benefícios	4,50% a.a.	4,50% a.a.	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Inflação	4,50% a.a.	4,50% a.a.	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Demográficas				
Tábua de mortalidade	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	n/a	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1

As principais premissas utilizadas nesta avaliação atuarial dos benefícios foram as seguintes:

18.1.2 Plano de Contribuição Definida
A EnerPrev é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que foi constituída no final do exercício de 2006 para administrar de forma centralizada os planos de previdência complementar do Grupo EDP - Energias do Brasil. A EnerPrev administra um plano de benefícios do tipo Contribuição Definida próprio cadastrado no CNPB - Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios na Previc e a Companhia administra um plano PGBL contratado através do Bradesco Vida e Previdência S.A., não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. O plano de custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme regulamentos destes planos.

Na qualidade de patrocinadoras, a Companhia e sua controlada Pantanal contribuíram no exercício com R\$572 (R\$477 no exercício de 2011 referem-se a Companhia e suas controladas).

Esse plano tem a adesão de 63 colaboradores da Controladora e 9 colaboradores de sua controlada Pantanal.

18.2 Auxílio Incentivo a aposentadoria, Assistência médica e Outros benefícios a aposentados: Benefício Definido

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Auxílio Incentivo à aposentadoria-AIA	4	37			4	37		
Assistência médica e seguro de vida	108	48	4.981	2.272	108	48	4.981	2.272
Previdência Privada - EnerPrev	20	17	4.981	2.272	133	102	4.981	2.272

Auxílio Incentivo à Aposentadoria - AIA - Benefício aos empregados admitidos até 31 de dezembro de 1981, pagável por ocasião da rescisão do contrato de trabalho, independentemente do motivo de desligamento. O AIA garante um pagamento em forma de pecúlio, cujo valor foi calculado considerando, para cada empregado, a proporcionalidade do tempo de contribuição ao INSS até 31 de outubro de 1996, da remuneração e o benefício do INSS em 31 de outubro de 1996; e

Assistência médica e outros benefícios a aposentados - Cobertura com despesas de assistência médica, odontológica, medicamentos e, nos casos comprovados de existência de dependente especial, correspondente a 50% do piso salarial da Companhia.

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 600/09, a contabilização dos passivos oriundos de benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33. Para atendimento a essa exigência a Companhia contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desses benefícios,

segundo o Método do Critério Unitário Projetado.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2012 demonstrou uma obrigação presente para estes Planos do tipo Benefício Definido, conforme demonstrado na conciliação das obrigações dos planos.

	2012		2011	
	Valor presente das obrigações do plano reconhecido	Valor presente das obrigações do plano reconhecido	Valor presente das obrigações do plano reconhecido	Valor presente das obrigações do plano reconhecido
Saldo inicial reconhecido	(2.357)	(2.357)		
Custo do serviço corrente	(143)	(143)	(90)	(90)
Custo dos juros	(392)	(392)	(177)	(177)
Custo do serviço passado	(155)	(155)	(190)	(190)
Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no PL	(2.086)	(2.086)	(1.907)	(1.907)
Benefícios pagos diretamente pela Companhia	40	40	7	7
Saldo final reconhecido	(5.093)	(5.093)	(2.357)	(2.357)
Custo do serviço passado não reconhecido	(1.353)	(1.353)	(1.508)	(1.508)
Valor presente das obrigações atuariais	(6.446)	(5.093)	(3.865)	(2.357)

A Companhia iria reconhecer como despesa linear no prazo médio de 12 anos os custos do serviço passado não reconhecidos dos benefícios que ainda se tornarão adquiridos, de acordo com a instrução do parágrafo 96 do CPC 33 - Benefícios a empregados. Porém, de acordo com a Instrução CVM nº 695/12, que altera a versão do CPC 33 para (R1), os custos do serviço passados não reconhecidos até o exercício de 2012 serão reconhecidos integralmente no exercício de 2013.

A perda atuarial de R\$2.086 no valor presente das obrigações, apurado na avaliação atuarial efetuada em 31 de dezembro de 2012, foi decorrente principalmente da revisão das premissas de inflação médica e a mudança na taxa de desconto nesta avaliação. Em 2011, houve perda atuarial de R\$1.907.

As contribuições esperadas pela Companhia para estes benefícios para o ano de 2013 são de R\$112.

A despesa líquida com estes benefícios reconhecida no resultado de 2012 em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego, tem a seguinte composição:

	2012	2011
Custo do serviço corrente	143	90
Custo dos juros	392	177
Custo do serviço passado	155	190
Total	690	457

Os ganhos e perdas decorrentes das avaliações atuariais são registrados em Outros resultados abrangentes, no Patrimônio líquido, e reconhecidos no exercício em que ocorrem. O saldo em 31 de dezembro de 2012 de perda atuarial líquido de Imposto de Renda e Contribuição Social é de R\$2.635.

As principais premissas utilizadas nesta avaliação atuarial foram as seguintes:

Ajustes de experiência com obrigações do plano	31/12/2012		31/12/2011	
	Plano I	Plano II	Plano I	Plano II
(Ganhos)/Perdas atuariais das obrigações		2.086		1.907
Percentual de (Ganhos)/Perdas relativos ao total de ativos do plano		32,36%		49,34%

Assistência Médica

Situação do plano

Assistência Médica

Assistência Médica

Assistência Médica

Assistência Médica

Assistência Médica

Assistência Médica

Assistência Médica

Assistência Médica

Assistência Médica

Assistência Médica

Assistência Médica

Assistência Médica

Assistência Médica

Assistência Médica

Assistência Médica

Assistência Médica

Assistência Médica

Assistência Médica

Assistência Médica

Assistência Médica

Assistência Médica

Assistência Médica

Assistência Médica

Assistência Médica

Assistência Médica

Assistência Médica

Assistência Médica

Assistência Médica

Assistência Médica

Assistência Médica

Assistência Médica

Assistência Médica

Assistência Médica

Assistência Médica

Assistência Médica

Assistência Médica

Assistência Médica

Assistência Médica

Assistência Médica

Assistência Médica

Assistência Médica

Assistência Médica

Assistência Médica

Assistência Médica

Assistência Médica

Assistência Médica

Assistência Médica

Assistência Médica

Assistência Médica

Assistência Médica

Assistência Médica

Assistência Médica

Assistência Médica

Assistência Médica

Assistência Médica

Assistência Médica

Assistência Médica

Assistência Médica

Assistência Médica

Assistência Médica

Assistência Médica

Assistência Médica

Assistência Médica

Assistência Médica

Ass

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

21 Provisões

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas			9.471	8.589			9.865	8.923
Licenças ambientais	492	488	88	367	1.208	1.110	340	753
Total	492	488	9.559	8.956	1.208	1.110	10.205	9.676

21.1 Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e outros

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

21.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Controladora						Consolidado				
	Instâncias	Passivo			Ativo			Depósito Judicial			
		Saldo em 31/12/2011	Adições	Pagamentos	Reversões	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2012	Saldo em 31/12/2012	31/12/2011	Saldo em 31/12/2011	31/12/2011
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª	2.921	2.029	(1.970)	(537)	327	2.770		1.193	2.352	
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm.	5.668				1.033	6.701			101	
Total		8.589	2.029	(1.970)	(537)	1.360	9.471		1.193	2.453	
Não circulante		8.589					9.471		1.193	2.453	
Total		8.589					9.471		1.193	2.453	

	Consolidado						Ativo				
	Instâncias	Passivo			Ativo			Depósito Judicial			
		Saldo em 31/12/2011	Adições	Pagamentos	Reversões	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2012	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2011	
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª	2.921	2.029	(1.970)	(537)	327	2.770		1.193	2.352	
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm.	6.002				1.093	7.095			101	
Total		8.923	2.029	(1.970)	(537)	1.420	9.865		1.193	2.453	
Não circulante		8.923					9.865		1.193	2.453	
Total		8.923					9.865		1.193	2.453	

Trabalhistas

Referem-se a diversas ações trabalhistas que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, reintegração, verbas rescisórias e seus reflexos.

21.1.2 Risco de perda possível

Adicionalmente, existem processos de naturezas trabalhistas e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras, demonstrados a seguir:

	Controladora				Consolidado				
	Instâncias	Ativo		Ativo		Ativo		Ativo	
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª	3.563	4.302	159	223	3.563	4.302	159	223
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm.	638	548			638	548		
Fiscais	1ª, 2ª, 3ª e Adm.	3.480	3.328			3.615	3.417		
Total		7.681	8.178	159	223	7.816	8.267	159	223

21.1.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza trabalhista na extinta controlada CESA, que foram incorporados pela Companhia, cuja perda foi estimada como remota, e para estas ações o saldo dos depósitos judiciais é de R\$315 em 31 de dezembro de 2012 (R\$579 em 31 de dezembro de 2011). (Nota 10).

21.2 Licenças Ambientais

Referem-se a provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação das Usinas, relativos a obrigações constantes nas licenças de exigências efetuadas pelos órgãos competentes. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e são atualizados com base no IGP-M.

22 Patrimônio líquido

22.1 Capital social

O capital social realizado em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é de R\$263.436. A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social, e sua composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

	31/12/2012		31/12/2011	
	Quantidade de ações	% participação	Quantidade de ações	% participação
EDP - Energias do Brasil	1.000.572.259	100,00	1.000.572.259	100,00
Outros	5		5	
Total	1.000.572.264	100,00	1.000.572.264	100,00

22.2 Destinação do lucro

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre Capital Próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

Em 18 de dezembro de 2012, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de juros sobre capital próprio, no montante bruto de R\$27.257, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada.

Lucro líquido apurado no exercício

	31/12/2012
Lucro líquido ajustado	103.963
Constituição da reserva legal - 5%	(5.198)
	98.765

Destinação do lucro:

Dividendos intermediários - JSCP	27.257
Reserva de Incentivo Fiscal	106
Dividendo adicional proposto	71.402
Quantidade de ações	1.000.572.264
Dividendos por ação - R\$ - JSCP	0,00003
Dividendos por ação - R\$ - Dividendos complementares	0,00007

22.3 Reservas

	Nota	31/12/2012	31/12/2011
Reservas de lucros			
Legal		28.616	23.418
Retenção de lucros		124.357	149.358
Dividendo adicional proposto		71.402	70.451
Outras reservas de lucros	22.3.1	(2.635)	(1.259)
Incentivos fiscais		11.328	11.222
Total		233.068	253.190

24 Gastos operacionais

	Controladora						2011	
	Custo do serviço			Despesas operacionais			Total	
	Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	Com vendas	Gerais e administrativas	Outras	Total	Total
Não gerenciáveis								
Energia elétrica comprada para revenda							49.968	16.890
Moeda nacional	49.968							7.969
Encargos de uso da rede elétrica	9.417						1.033	630
Taxa de fiscalização							4.700	4.121
Compensações financeiras							5.733	29.610
Total	59.385	-	-	-	-	-	65.118	29.610
Gerenciáveis								
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada		14.207				9.212	23.419	22.175
Material		1.123	56			161	1.340	1.235
Serviços de terceiros		9.476	729			6.728	16.933	12.555
Depreciação		8.222				1.847	10.069	6.635
Amortização		477				18	495	388
Provisão p/créd. liq. duvidosa/perdas líquidas				297			297	13
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas							1.493	1.493
Aluguéis e arrendamentos		89	5			1.652	1.746	1.556
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens							32	(459)
Outras		660				(2.768)	143	(1.965)
Total		34.254	790	297		16.850	1.668	53.859
Total		59.385	34.254	790	297	16.850	7.401	83.064

	Controladora				Consolidado				
	Instâncias	Ativo		Ativo		Ativo		Ativo	
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª	3.563	4.302	159	223	3.563	4.302	159	223
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm.	638	548			638	548		
Fiscais	1ª, 2ª, 3ª e Adm.	3.480	3.328			3.615	3.417		
Total		7.681	8.178	159	223	7.816	8.267	159	223

22.3.1 Outros resultados abrangentes

Referem-se à contabilização de passivos oriundos de benefícios pós-emprego relativos a ganhos e perdas atuariais, conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 600/09 e regras estabelecidas no CPC 33, deduzido do respectivo Imposto de renda e Contribuição social diferidos.

A movimentação de Outros resultados abrangentes no exercício é a seguinte:

	Saldo em 31/12/2011	Ganhos	Perdas	Provisão IRPJ/CSLL		Transferência para Reservas de lucros		Saldo em 31/12/2012
				710	710	1.376	1.376	
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego	-	3	(2.089)	710		1.376		-
	-	3	(2.089)	710		1.376		-

22.3.2 Reserva de retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os programas de investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos às Assembleias Gerais Ordinárias.

23 Receitas

	Controladora				Consolidado			
	MWh (*)		R\$		MWh (*)		R\$	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Suprimento de Energia elétrica	1.827.414	1.715.689	204.389	150.921				
Energia de curto prazo			10.162	4.978				
Total suprimento	1.827.414	1.715.689	214.551	155.899				
Outras receitas operacionais			2.544	2.441				
Subtotal	1.827.414	1.715.689	217.095	158.340				
(-) Deduções à receita operacional							(1.737)	(1.364)
P&D							(4.112)	1.064
RGR							(20.081)	(14.646)
PIS/COFINS							(124)	(120)
ISS								
Receita	1.827.414	1.715.689	191.041	143.274				

(*) Não auditado pelos auditores independentes

	Controladora				Consolidado			
	Nº de consumidores (*)		MWh (*)		MWh (*)		R\$	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Suprimento de Energia elétrica	5	10	2.411.040	2.270.642	298.327	268.714		
Energia de curto prazo	1				15.375	6.821		
Total suprimento	6	10	2.411.040	2.270.642	313.702	275.535		
Disponibilização do Sistema de Distribuição e Transmissão TUST							5.874	
Outras receitas operacionais							1.594	808
Subtotal	6	10	2.411.040	2.270.642	315.296	282.217		
(-) Deduções à receita operacional							(2.030)	(1.851)
P&D							(5.229)	(168)
RGR							(23.685)	(20.918)
PIS/COFINS							(1.401)	(1.325)
ICMS							(124)	(120)
ISS								
Receita	6	10	2.411.040	2.270.642	282.827	257.835		

(*) Não auditado pelos auditores independentes

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas a seguir levando em consideração seus prazos e relevância de cada instrumento financeiro. Para Caixa e equivalentes de caixa, são aplicadas políticas de risco da Administração onde o saldo é apresentado pelo custo acrescido de juros e com liquidez imediata. Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio Líquido da Instituição Financeira. O saldo da conta de Cauções e depósitos vinculados são apresentados pelo seu valor justo em cumprimento aos contratos de financiamento com o BNDES e consórcio de bancos, constituída como parte das garantias desses contratos conforme especificado na nota 10. Para o ativo não circulante, basicamente são os depósitos

vinculados à dívida com o BNDES das controladas Santa Fé e Pantanal. Os Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, são valorizados através de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da BM&FBovespa. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto. Partes relacionadas é composta por contratos de compartilhamento de gastos regulados pela ANEEL, contrato de Mútuo e transferência de ativos entre a Companhia e a ECE Participações, em condições reais de mercado contemplando apenas os valores devidos sem acréscimos de nenhum tipo.

Classificação dos instrumentos financeiros:

		Controladora				Controladora			
		31/12/2012				31/12/2011			
		Valor justo por				Valor justo por			
Ativos financeiros	Empréstimos e recebíveis	meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Total	Empréstimos e recebíveis	meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Total	
Caixa e equivalentes de caixa		16.916		16.916		80.349		80.349	
Concessionárias	24.225			24.225	20.724			20.724	
Cauções e depósitos vinculados			5.655	5.655			585	585	
Partes relacionadas	834			834	2.680			2.680	
	25.059	16.916		5.655 47.630	23.404	80.349	585	104.338	

		Controladora				Controladora			
		31/12/2012				31/12/2011			
		Outros ao custo				Outros ao custo			
Passivos financeiros		amortizado	Total	amortizado	Total	amortizado	Total	amortizado	Total
Fornecedores		38.337	38.337	18.764	18.764				
Debêntures		121.172	121.172						
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas		43.163	43.163	92.952	92.952				
Partes relacionadas		543	543	61.612	61.612				
		203.215	203.215	173.328	173.328				

		Consolidado				Consolidado			
		31/12/2012				31/12/2011			
		Valor justo por				Valor justo por			
Ativos financeiros	Empréstimos e recebíveis	meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Total	Empréstimos e recebíveis	meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Total	
Caixa e equivalentes de caixa		44.195		44.195		108.216		108.216	
Concessionárias	35.571			35.571	30.548			30.548	
Cauções e depósitos vinculados			11.639	11.639			11.806	11.806	
Partes relacionadas	5			5	1.857			1.857	
	35.576	44.195		11.639 91.410	32.405	108.216	11.806	152.427	

		Consolidado				Consolidado			
		31/12/2012				31/12/2011			
		Outros ao custo				Outros ao custo			
Passivos financeiros		amortizado	Total	amortizado	Total	amortizado	Total	amortizado	Total
Fornecedores		41.125	41.125	26.373	26.373				
Debêntures		121.172	121.172						
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas		107.486	107.486	165.549	165.549				
Partes relacionadas		886	886	61.681	61.681				
		270.669	270.669	253.603	253.603				

Não houve reclassificação de categoria dos Instrumentos financeiros no exercício.

A hierarquização dos instrumentos financeiros através do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

- (a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- (b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente;
- (c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso a informação comparativa mais ativo o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

		Controladora			
		Mensuração do valor justo			
		31/12/2012	Mercados idênticos Nível 1	Mercados similares Nível 2	
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa		16.916	9.315	7.601	
		16.916	9.315	7.601	

		Consolidado			
		Mensuração do valor justo			
		31/12/2012	Mercados idênticos Nível 1	Mercados similares Nível 2	
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa		44.195	14.860	29.335	
		44.195	14.860	29.335	

		Controladora														
		Aging cenário provável					Cenário (I)		Cenário (II)		Cenário (III)		Cenário (IV)		Cenário (V)	
Operação	Risco	Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%							
Instrumentos financeiros ativos	CDI	1.354	161		1.515	379	758	(379)	(758)							
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(11.058)	(30.222)		(41.280)	(8.766)	(17.391)	8.913	17.979							
		(9.704)	(30.061)		(39.765)	(8.387)	(16.633)	8.534	17.221							
Operação																
Instrumentos financeiros passivos	TJLP	(526)	(971)	(7)	(1.504)	(275)	(550)	275	550							
		(526)	(971)	(7)	(1.504)	(275)	(550)	275	550							

		Consolidado														
		Aging cenário provável					Cenário (I)		Cenário (II)		Cenário (III)		Cenário (IV)		Cenário (V)	
Operação	Risco	Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%							
Instrumentos financeiros ativos	CDI	2.613	727		3.340	835	1.671	(835)	(1.671)							
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(11.058)	(30.222)		(41.280)	(8.766)	(17.391)	8.913	17.979							
		(8.445)	(29.495)		(37.940)	(7.931)	(15.720)	8.078	16.308							
Operação																
Instrumentos financeiros passivos	TJLP	(5.053)	(14.029)	(5.419)	(24.501)	(4.472)	(8.943)	4.472	8.943							
		(5.053)	(14.029)	(5.419)	(24.501)	(4.472)	(8.943)	4.472	8.943							

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI e TJLP estão em acordo com o projetado pelo mercado e estão alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia.

Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 7,75% e 8,00%; e TJLP entre 5,00% e 5,50%.

28.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados na nota 17.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional, essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação

28.3 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Os empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e Debêntures captados pela Companhia apresentados nas notas 16 e 17, possuem como contraparte o BNDES, Banco Santander e o Banco do Brasil. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições, em 31 de dezembro de 2012 a Companhia possui um risco de mercado associado à TJLP e ao CDI.

Como riscos de mercado associados à taxas de juros, atribui-se à TJLP e ao CDI a consideração de que a economia brasileira apresenta um panorama favorável ao crescimento com solidez e investimentos voltados para a infraestrutura. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelados a esses indexadores. Deve-se considerar que se houver aumento da inflação e da taxa SELIC, poderemos ter um custo maior na realização dessas operações.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

28.3.1 Análise de sensibilidade

Nos quadros a seguir foram considerados cenários de taxas e moedas estrangeiras, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação no câmbio de moedas estrangeiras, de taxas de juros e outros indexadores, até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco e, respectivamente os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/08, tendo como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente na nota 17. Até 31 de dezembro de 2012 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

28.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Concessionárias, Cauções e depósitos vinculados, entre outras.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida, a partir dessa estrutura, planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras, esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais. Os contratos de concessão de distribuição priorizam o atendimento abrangente do mercado, sem que haja qualquer exclusão das populações de baixa renda e das áreas de menor densidade populacional.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada a aplicações financeiras. A administração desses ativos

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

Para os ativos financeiros resultantes de aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras classificadas com baixo risco avaliadas por agências de *rating* com a finalidade de garantir uma rentabilidade maior com uma segurança agregada aos resultados.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

28.6 Instrumentos financeiros derivativos

Instrumento financeiro derivativo pode ser identificado desde que seu valor seja influenciado em função da flutuação da taxa ou do preço de um instrumento financeiro, não necessita de um investimento inicial ou é bem menor do que seria em contratos similares e sempre será liquidado em data futura, somente atendendo todas essas características podemos classificar um instrumento financeiro como derivativo.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros derivativos, bem como não houve nenhuma operação com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2012.

29 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas, mantêm contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2012	31/12/2012
Usinas	328.309	470.353
Prédios e conteúdos (próprios)	5.020	5.020
Prédios e conteúdos (terceiros)	3.350	3.350
Transportes (veículos)	1.600	1.600
Acidentes pessoais	19.543	20.463

30 Compromissos contratuais e Garantias**30.1 Compromissos contratuais**

Em 31 de dezembro de 2012, os compromissos por dívidas financeiras de curto e longo prazos e os contratos de mútuos (que figuram nas demonstrações financeiras) e os restantes das obrigações de compras e as responsabilidades de locações operacionais (que não figuram nas demonstrações financeiras), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

Nota	Controladora				
	31/12/2012	Até 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	
Dívidas financeiras de curto e longo prazos inclui juros vencidos	17	164.335	14.621	106.191	43.523
Responsabilidades com locações operacionais		169	125	44	
Obrigações de compra		35.045	26.529	8.516	
Licenças ambientais	21	580	492	88	
		200.129	41.767	114.839	43.523

Nota	Consolidado					
	31/12/2012	Até 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Dívidas financeiras de curto e longo prazos inclui juros vencidos	17	228.658	21.014	123.424	60.559	23.661
Responsabilidades com locações operacionais		180	136	44		
Obrigações de compra		44.780	34.571	10.209		
Licenças ambientais	21	1.548	1.208	340		
		275.166	56.929	134.017	60.559	23.661

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ana Maria Machado Fernandes
Presidente

Luiz Otávio Assis Henriques
Vice-Presidente

Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas
Conselheiro

Miguel Dias Amaro
Conselheiro

DIRETORIA

Luiz Otávio Assis Henriques
Diretor-Presidente

Alvaro Jorge Guerreiro de Sousa
Diretor

Carlos Alberto de São José Cavaleiro
Diretor

André Luiz de Castro Pereira
Diretor

Antônio Manuel Barreto Pita de Abreu
Diretor de Sustentabilidade

Carlos Sérgio Salgueira Martins
Gestor Executivo de Consolidação e Contabilidade

Ana Paula Marzano Cerqueira
Gestora Operacional de Contabilidade Patrimonial e Custos
Contadora - CRC 1SP204118/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da

Energest S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Energest S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os

procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energest S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Energest S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Depreciação dos bens do ativo imobilizado destinados à geração de energia elétrica no regime de produção independente

Conforme descrito na nota explicativa 2.2(d), os bens do imobilizado da atividade de geração de energia no regime de produção independente são depreciados pelo seu prazo estimado de vida-útil, considerando-se os fatos e circunstâncias que estão mencionados na referida nota. À medida que novas informações ou decisões do órgão regulador ou do poder concedente sejam conhecidas, o atual prazo de depreciação desses ativos poderá ou não ser alterado. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas num único conjunto

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima, estão a valor presente e refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia e de suas controladas. Para os itens que não figuram nas demonstrações financeiras, foi utilizado como taxa de desconto, o custo médio de capital da Companhia.

As obrigações de compra incluem essencialmente responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional da Companhia.

30.2 Garantias

Tipo de garantia oferecida	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Aval de acionista	21.047	9.466	21.047	9.466
Depósito caucionado	5.655	585	11.639	11.806
Fiança corporativa			63.589	71.407
Penhor de ações			86.371	109.761
Seguro garantia	445	445	445	445
Penhor de direitos			63.589	71.407

Aval de acionista: O aval é a garantia pessoal do pagamento de um título de crédito. Nele, o garantidor promete pagar a dívida, caso o devedor não o faça. Vencido o título, o credor pode cobrar indistintamente do devedor ou do avalista. O saldo de Aval de acionista, em sua maioria, refere-se aos contratos de seguro de vida.

Depósito caucionado: São depósitos mantidos em conta reserva em cumprimento aos contratos de financiamento firmados com as instituições financeiras. O saldo de Depósito Caucionado, em sua maioria, refere-se aos Contratos de Empréstimos e Financiamentos e de compra e venda de energia.

Fiança corporativa: A fiança é uma garantia de satisfazer ao credor uma obrigação assumida pelo devedor, caso este não o faça. Corporativa quando é prestada por pessoas jurídicas. O saldo de Fiança Corporativa, refere-se aos Contratos de Empréstimos e Financiamentos.

Penhor de ações: É o direito real que se constitui pela entrega das ações como garantia. O saldo de Penhor de ações, refere-se aos Contratos de Empréstimos e Financiamentos.

Seguro garantia: O Seguro Garantia é um tipo de seguro destinado aos órgãos públicos e às empresas privadas com o objetivo de garantir o fiel cumprimento das obrigações contratuais estipuladas pelas partes, conforme descrito na apólice. Nas empresas privadas existe o seguro em relações contratuais feitas com terceiros que desejam mitigar o risco de descumprimento com seus fornecedores, prestadores de serviços etc. O saldo de Seguro garantia, refere-se aos Contratos de compra e venda de energia.

Penhor de direitos: Penhor sobre os direitos emergentes da Autorização da Santa Fé e da Pantanal, compreendendo mas não se limitando aos seguintes itens: **a)** o direito de gerar energia elétrica; **b)** a energia elétrica a ser gerada; e **c)** as garantias constantes dos contratos de Compra de Energia em ambiente regulado. O saldo de Penhor de direitos, em sua totalidade, refere-se aos Contratos de Empréstimos e Financiamentos.

31 Meio ambiente

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Companhia e suas controladas por eventual inobservância da legislação.

Os gastos de natureza ambiental da Companhia e suas controladas em 2012 foram de R\$2.160 sendo R\$515 capitalizados no exercício, relativos a proteção de biodiversidade e da paisagem e gestão e proteção do meio ambiente, e R\$1.645 em contrapartida no resultado do exercício, relativos a Programa de Monitoramento de Solos e Águas Subterrâneas em todas as suas instalações, e gestão de resíduos.

32 Eventos subsequentes**32.1 UHE Mascarenhas inicia operação comercial da Unidade II**

Em 8 de fevereiro de 2013, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 326, publicado em 14 de fevereiro de 2013, autorizou o início da operação comercial da unidade geradora II, de 49,5 MW de potência instalada. A unidade geradora II esteve paralisada no período de 08 de fevereiro de 2012 a 08 de fevereiro de 2013 para repotenciação. Com a entrada em operação comercial da unidade geradora II, a UHE Mascarenhas que está localizada nos municípios de Baixo Guandu e Aimorés, finaliza o processo de repotenciação de suas quatro unidades geradoras. O projeto de repotenciação das 4 unidades geradoras acrescentou 17,5 MW, totalizando hoje 198 MW de potência instalada.

32.2 Captação de Empréstimos

Em 11 de janeiro e 4 de fevereiro de 2013, a Companhia assinou junto ao Banco Alfa, contrato de empréstimo na modalidade de Capital de Giro, no valor de R\$6.000 cada, totalizando R\$12.000. Sobre os valores contratados, há incidência de juros de 115,03% do CDI, com principal e juros a vencer em única parcela em março e maio de 2013 respectivamente.

Em 22 de fevereiro de 2013, a Companhia assinou junto ao Banco Alfa, contrato de empréstimo na modalidade de Capital de Giro, no valor de R\$22.000. Sobre o valor contratado, há incidência de juros de 115,00% do CDI, com principal e juros a vencer em única parcela em maio de 2013.

Conforme descrito na nota explicativa 2.1.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Energest S.A. essas práticas diferem das IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressaltada em função desse assunto.

Outros assuntos**Demonstrações do valor adicionado**

Examinamos, também, as demonstrações individuais e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida à Companhia pela legislação societária brasileira e pelas IFRS. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Exceto pelos efeitos das reclassificações apresentadas na nota explicativa 2.5 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, que não foram auditados por nós ou por outros auditores independentes, as informações e os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 29 de fevereiro de 2012, o qual não conteve nenhuma modificação.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Iara Pasian

Contadora

CRC nº 1 SP 121517/O-3

Deloitte.